

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Gideon Henrique Gonçalves Maciel

**O FORO E O PARTIDO:  
INFLUÊNCIAS DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DOS GOVERNOS  
LULA (2003-2010)**

Santa Maria, RS  
2024

**Gideon Henrique Gonçalves Maciel**

**O FORO E O PARTIDO:  
INFLUÊNCIAS DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DOS GOVERNOS  
LULA (2003-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais, do Departamento de Economia e Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Relações Internacionais**.

Orientador: Prof. Dr. José Renato Ferraz da Silveira

Santa Maria, RS  
2024

**Gideon Henrique Gonçalves Maciel**

**O FORO E O PARTIDO: INFLUÊNCIAS DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL  
DOS GOVERNOS LULA (2003-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais, do Departamento de Economia e Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Relações Internacionais**.

**Aprovado em \_\_ de agosto de 2024:**

---

**Prof. Dr. José Renato Ferraz da Silveira**  
**Orientador**

---

**Prof. Dr. Günther Richter Mros**

---

**Prof. Dr. Reginaldo Teixeira Perez**

Santa Maria, RS  
2024

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo.

A Virgem Maria, por sempre passar na frente.

A minha Mãe e meu *Papito*, Rose e Sidnei, pela vida.

A minha *Erma*, que por mais difícil fossem as circunstâncias sempre teve confiança em mim.

A todos os membros da família Homrich, minha família adotiva, que durante todo o meu desenvolvimento ao longo dos meus 22 anos de vida, ensinaram-me tudo que precisei para me tornar quem sou. Em especial, *Ilisa* e *Ana*, que sempre investiram em mim, não apenas dinheiro, mas sim suas esperanças. Muito obrigado por tanto.

Aos professores do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria, pelas aulas, tempo e dedicação para com os alunos. Em especial, meu orientador, Prof. Dr. José Renato Ferraz da Silveira que ao decorrer do curso tornou-se meu amigo. Obrigado por todas as aulas, conselhos e, sobretudo, oportunidades. Muito obrigado.

Aos professores Dr. Günther Richter Mros e Dr. Reginaldo Teixeira Perez por gentilmente terem aceitado ao convite de participarem da banca de avaliação desta monografia.

Ao Prof. Dr. Cleber Ori Cuti Martins por se dispor a fazer reuniões comigo para fazer sugestões e ler minha pesquisa. Muito obrigado.

A minha professora substituta favorita, Dr. Jordana Moraes, que após o encerramento do semestre, tornou-se minha amiga. Obrigado pelo auxílio desde o início da minha pesquisa, pela ajuda a fazer os esboços das escritas e pelos comentários tão pertinentes. Muito obrigado.

Ao Me. Ricardo Abreu de Melo, o “Alemão”, que, por mais de um ano, reuniu-se comigo mensalmente para tratar a respeito da minha pesquisa, me enviar livros e artigos, fazer comentários pertinentes e me ajudar a buscar as melhores fontes possíveis. Muito obrigado.

Ao Embaixador Paulo Roberto de Almeida que se reuniu comigo por diversos momentos a fim de tecer comentários sobre minha pesquisa, fazer sugestões de leituras e, sobretudo, dividir o seu valioso conhecimento e expertise.

Ao Padre Júnior Lago, para além das orações, sempre me incentivou na vida intelectual e acadêmica. Muito obrigado.

Ao meu terapeuta, Carlos Seixas, por me acompanhar há tantos anos e por me dar conselhos valiosos para o desenvolvimento deste trabalho. Sem seus conselhos, este trabalho não seria possível.

Ao meu padrinho, Jovani Patias, por revisar o meu trabalho e sempre estar comigo quando preciso.

Aos meus colegas e verdadeiros amigos, Irai Flauzino, José Bazanella, Luiz Maia e Nickolas Bittencourt que, ao longo da graduação, me apoiaram não apenas academicamente, mas emocionalmente. Muito obrigado.

Aos meus amigos virtuais, *Atriko* (Reinan), *Andreous* (Andre), *Igu* (Igor), *Khardum* (Victor) e *Meliosas* (Giordano), por sempre me fazerem rir e me distrair quando eu precisei durante a minha graduação, em especial, durante o contexto pandêmico. Valeu, *time*.

A minha maior saudade, Yasmin Melo, a *Mima*, por sempre acreditar em mim, me apoiar, me cuidar quando precisei e de sempre estar disposta a me ouvir. Muito obrigado por me dar o exemplo de que desistir não é uma opção.

Por fim, quero expressar meu sincero agradecimento aos pagadores de impostos, cujo trabalho árduo sustentou não apenas os meus estudos, mas o Brasil inteiro.

*“Há na vida momentos privilegiados nos quais parece que o universo se ilumina, que nossa vida nos revela sua significação, que nós queremos o destino mesmo que nos coube, como se nós próprios o tivéssemos escolhido. Depois o universo volta a fechar-se: tornamo-nos novamente solitários e miseráveis, já não caminhamos senão tateando por um caminho obscuro onde tudo se torna obstáculo aos nossos passos. A sabedoria consiste em salvaguardar a lembrança desses momentos fugidios, em saber fazê-los reviver, em fazer deles a trama da nossa existência cotidiana e, por assim dizer, a morada habitual do nosso espírito.” (Louis Lavelle)*

## RESUMO

### O FORO E O PARTIDO: INFLUÊNCIAS DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DOS GOVERNOS LULA (2003-2010)

AUTOR: Gideon Henrique Gonçalves Maciel

ORIENTADOR: José Renato Ferraz da Silveira

O objetivo desta pesquisa é analisar a integração regional durante os governos Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) (2003-2010). A hipótese da pesquisa é de que as políticas de integração regional do governo Lula foram diversificadas devido a dois fatores determinantes: o Foro de São Paulo e o Partido dos Trabalhadores (PT). A pesquisa utilizou-se principalmente de um levantamento de uma revisão bibliográfica literária acerca dos antecedentes gerais da integração regional na América do Sul, passando pela colonização e os processos de independência dos países da região. Trata-se também acerca dos aspectos gerais da redemocratização nos países do Cone Sul e, em especial, da aproximação bilateral Brasil-Argentina que culminou na criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Utiliza-se também dos autores Vigevani e Cepaluni (2011) para analisar os governos da Nova República (1990-2002) e suas autonomias somados a visão de Castro (2009) para compreender as reformas institucionais realizadas no âmbito do Itamaraty acerca da integração regional. A pesquisa também se utilizou de documentos primários (atas de registro) para analisar o início, desenvolvimento institucional e ideias acerca da integração regional latino-americana defendidas pelo Foro de São Paulo, bem como das propostas de governo do PT antes de ascender à Presidência da República.

**Palavras-chaves: Integração Regional; Partido dos Trabalhadores; Foro de São Paulo; Luiz Inácio Lula da Silva; Mercosul.**

## **ABSTRACT**

The objective of this research is to examine regional integration during the administration of Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). The central hypothesis posits that the regional integration policies of the Lula government were characterized by diversification, influenced by two primary factors: the São Paulo Forum and the Workers' Party. This study is grounded in a comprehensive survey and literature review, focusing on the historical context of regional integration in South America, including the periods of colonization and the subsequent independence movements within the region. Additionally, it addresses the broader aspects of re-democratization in the Southern Cone countries, with particular emphasis on the Brazil-Argentina rapprochement that led to the establishment of the Southern Common Market (Mercosur). The research draws on the works of Vigevani and Cepaluni (2011) to analyze the New Republic governments (1990-2002) and their approaches to autonomy, as well as Castro's (2009) perspectives on the institutional reforms implemented within Itamaraty concerning regional integration. Primary documents, such as meeting minutes, were also utilized to investigate the origins, institutional development, and ideological positions on Latin American regional integration espoused by the São Paulo Forum. Furthermore, the study examines the PT's policy proposals before its ascension to the presidency

**Keywords: Regional Integration; Workers' Party; São Paulo Forum; Luiz Inácio Lula da Silva; Mercosur.**



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. A INTEGRAÇÃO NA HISTÓRIA DO CONTINENTE	11
1.1 A formação dos Impérios.....	11
1.2 O processo de Independência na América do Sul.....	12
1.3 Simon Bolivar e as Conferências Pan-Americanas.....	14
1.3.1 Simon Bolivar.....	14
1.3.2 O Congresso do Panamá e as Conferências Pan-americanas.....	14
2. ASPECTOS GERAIS DA REDEMOCRATIZAÇÃO DO CONE SUL	19
2.1 Integração Brasil-Argentina e o Mercosul.....	22
3. CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO FORO DE SÃO PAULO	26
3.1 O nascimento, primeira infância e a crise de identidade (1990-1993).....	28
3.1.1 O Encontro do México (1991).....	28
3.1.2 O Encontro de Manágua (1992).....	30
3.1.3 O Encontro de Havana (1993).....	32
3.2 Definição e desenvolvimento da personalidade do Foro (1993-2002).....	33
3.2.1 O Encontro de Montevideo (1995).....	34
3.2.2 O Encontro de San Salvador (1996).....	35
3.2.3 O Encontro de Porto Alegre (1997).....	36
3.2.4 O Segundo Encontro do México (1998).....	37
3.2.5 O Segundo Encontro de Manágua (2000).....	38
3.2.6 O Segundo Encontro de Havana (2001).....	39
4. CONCEITOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	41
4.1 As diferentes autonomias da Nova República.....	41
4.2 Definindo Integração Regional.....	42
4.2.1 Regionalismo, Novo Regionalismo e Regionalização.....	42
4.2.2 Integração Regional e Regionness.....	43
5. ESTRUTURA DO ITAMARATY, POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO E AUTONOMIAS DOS GOVERNOS DE 1990 ATÉ 2002	44
5.1 Governo Fernando Collor de Mello: Gestão Rezek (1990-1992) e Gestão Lafer (1992)	44
5.2 Governo Itamar Franco: Gestão Cardoso (1992-1993) e Gestão Amorim (1993-1994)	45
5.3 Governo Fernando Henrique Cardoso: Gestão Lampreia (1995-2001) e Segunda Gestão Lafer (2001-2002).....	46

6. INTEGRAÇÃO REGIONAL E AUTONOMIA PELA DIVERSIFICAÇÃO: TEORIA, REFERÊNCIAS E PRÁTICAS DO GOVERNO LULA (2003-2010)	49
6.1 Teoria: A política externa do Partido dos Trabalhadores .....	49
6.2 Referências: Integração Regional na perspectiva do Foro de São Paulo.....	52
6.3 Prática: Integração Regional e Diversificação durante os Governos Lula (2003-2010)	57
6.3.1 Perspectivas gerais do governo Lula (2003-2010) .....	57
6.3.2 Integração Regional e Diversificação: Prática .....	60
6.3.3 Integração Regional: MERCOSUL .....	60
6.3.4 Integração Regional: UNASUL .....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	66

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema analisar a integração regional brasileira. Como forma de delimitação de tema, o estudo se focará na integração regional durante os governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). A partir da constituinte de 1988 que deu origem a Nova República brasileira, a busca pela integração regional tornou-se política de estado. Segundo o Parágrafo único do 4º Artigo da Constituição: A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (BRASIL, 1988). Desta forma, todos os governos que compreendem a Nova República buscam, de maneiras diferentes, a integração regional do país.

Então, o trabalho aborda os antecedentes históricos da integração sul-americana, que compreende o período do início do Tratado de Tordesilhas, o fim da colonização espanhola e portuguesa no território e, por fim, o início do que viriam ser as Conferências Pan-Americanas. Posteriormente é analisado a redemocratização nos países que compreendem o Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), uma vez que elas aconteceram quase que de forma simultâneas (Moreira, et al 2010). A partir da redemocratização, tratamos da aproximação entre Brasil e Argentina que, na época, passou de desconfiança mútua para apaziguamento nas relações bilaterais entre os dois países (Vargas, 1997).

Posteriormente, é realizado uma sessão a respeito dos conceitos de relações internacionais usados no trabalho, como a definição de integração regional que, segundo Hattne e Söderbaum (1998; 2000), encontra-se no segundo nível de integração, sendo caracterizada como um processo formal ou informal nos campos econômicos, culturais, sociais, institucionais e políticos para a distinção das demais regiões. Utilizamos também os autores Vigevani e Cepaluni (2011) para tratar a respeito das “autonomias” presentes nos governos Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e, por fim, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) que compreendem o período de análise da Nova República. Para os autores, autonomia define-se como a capacidade de o Estado implementar decisões baseadas em seus próprios objetivos, sem interferência ou restrição exterior, por meio de sua habilidade em controlar processos ou eventos produzidos além de suas fronteiras. Além disto, o trabalho realizou uma revisão da estrutura institucional do Itamaraty durante os governos da Nova República com foco nas matérias de integração regional sob a ótica de Castro (2009).

A partir dos tópicos expostos, o presente trabalho busca responder à seguinte problemática: quais as diferenças das políticas de integração regional dos governos Lula em relação aos outros governos da Nova República? Diante de tal pergunta de pesquisa, levanta-se a hipótese de que a integração regional dos governos Lula foi diversificada devido a influência exercida por dois fatores determinantes: o Partido dos Trabalhadores e o Foro de São Paulo.

Para tanto, o objetivo geral da pesquisa apresentada foi de buscar a correlação de tais influências políticas na integração regional. A busca se deu, principalmente, em documentos primários que são as atas finais dos encontros do Foro de São Paulo (2013) e do livro *“Encuentros y Desencuentros de La Izquierda Latinoamericana: Una mirada desde el Foro de São Paulo”* de Roberto Regalado (2010), cientista político e diplomata cubano que é membro fundador do Foro de São Paulo, tendo participado de todas as reuniões do período de análise de forma presencial. Em seu livro, há informações adicionais sobre todos os encontros citados no trabalho que serviram imensamente para completar informações relevantes para o desenvolvimento deste trabalho. Foi feita uma extensa pesquisa nas atas finais do Foro de São Paulo a fim de reconstruir sua jornada desde sua fundação (1990) até a eleição de Lula (2002). Ao final do trabalho, busca-se um maior entendimento das programáticas do Partido dos Trabalhadores e do desenvolvimento da ideia de integração regional segundo o Foro de São Paulo a fim de verificar as convergências com os governos Lula.

Em relações os objetivos específicos, são eles: Pesquisar a relevância do Foro de São Paulo na formulação de política comuns para os países da América Latina e do Caribe; Pesquisar as diferenças fundamentais das autonomias presentes durante os governos da Nova República; Revisar a bibliografia sobre integração regional e o contexto brasileiro no tema;

O trabalho pode ser justificado de forma acadêmica e social. Sob uma perspectiva acadêmica, apesar da relevância do tema e do fato do Foro de São Paulo ter completado 34 anos em 2024, constatou-se uma relativa escassez de trabalhos acadêmicos como artigos e teses, bem como livros específicos sobre o Foro de São Paulo. De um ponto de vista social, a partir do que chamamos do que foi cunhado de “Onda Rosa”<sup>1</sup> (Silva, 2015) podemos observar uma tendência ideológica de esquerda nos países latino-americanos e caribenhos. Esta pesquisa

---

<sup>1</sup> Nome dado o fenômeno de uma série de eleições de candidatos de esquerda para a presidência de países da América Latina e do Caribe durante os anos 2000. Tal onda teve início com Hugo Chávez, na Venezuela, em 1999. Na sequência, Chile com Ricardo Lagos no ano 2000. Dois anos depois, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito em 2002 no Brasil. No ano seguinte, 2003, Néstor Kirchner na Argentina. Em 2004, Tabaré Vasquez venceu as eleições no Uruguai. Em 2005, Evo Morales, venceu a segunda eleição que disputou na Bolívia. No Equador em 2006, Rafael Correa chegou ao poder e, no mesmo ano, Daniel Ortega venceu a revolução na Nicarágua. Em 2008, Fernando Lugo ganhou as eleições do Paraguai e em 2009, Mauricio Fontes assumiu o poder em El Salvador. (Silva, 2015)

proponha-se analisar outro elemento importante neste contexto: o Foro de São Paulo. Ademais, alguns livros e artigos que foram encontrados ao decorrer da pesquisa tratam o Foro de São Paulo de forma conspiratória ou como um *think tank* irrelevante, tornando-se urgente uma pesquisa atualizada e sóbria sobre o tema, especialmente diante do novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

## 1. A INTEGRAÇÃO NA HISTÓRIA DO CONTINENTE

### 1.1 A formação dos Impérios

No período entre os séculos XV e XVI, o continente americano experimentou uma fase de ampla exploração e domínio por parte dos europeus. Neste período, o Tratado de Tordesilhas<sup>2</sup>, assinado entre o reino da Espanha e o reino de Portugal em 1494, permitiu que as duas principais potências marítimas europeias dividissem o continente entre si. O resultado foi um território vasto, que ia desde o Império Asteca até as pampas da Patagônia, sob seu controle. Esta partição teve um efeito significativo sobre o cenário sociopolítico do continente americano (Moreira et al, 2010).

A Espanha subjugou as mais sólidas organizações sociais e políticas indígenas da América, sobre cuja bases, se organizaram os primeiros Vice-reinados do século XVI. Assim, com a conquista do império asteca, construiu-se o Vice-reinado da Nova Espanha (México) e, com a dominação do império incaico, erigiu-se o Vice-reinado do Peru. O crescimento do império colonial espanhol levou à criação de outros vice-reinados no século XVIII: o de Nova Granada (Panamá, Colômbia, Equador, Venezuela) e do Rio da Prata (Bolívia, Paraguai, Argentina, Uruguai). (Moreira et al, 2010, p. 17).

A colonização espanhola criou sistemas de organização social das colônias, bem como um sistema de exploração econômica monopolista e centralizado no Rei apoiado na Igreja Católica. O reino de Portugal, por sua vez, não marcava presença ostensiva e repressiva em seu território que compreendia porção do atual território brasileiro. Moreira et al (2010, p. 18) argumenta que as diferenças nas formas de colonização espanhola e portuguesa, de alguma maneira, se refletiram na emancipação das colônias e na organização política das novas nações do século XIX.

A conjuntura internacional desempenhou um papel significativo na determinação e delimitação do processo de independência das colônias em relação às suas metrópoles. Esse fenômeno foi influenciado por diversos fatores, incluindo os avanços emergentes da Revolução Industrial, a promulgação da Declaração de Independência pelas colônias inglesas na América do Norte em 1776, bem como a disseminação das ideias iluministas após a Revolução Francesa em 1789 (Moreira et al, 2010).

---

<sup>2</sup> O Tratado de Tordesilhas foi um acordo internacional assinado entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela, em junho de 1494. O tratado tinha como objetivo dividir o território descoberto por ambas as Coroas da Europa. A elaboração ocorreu em resposta as contestações portuguesas às pretensões territoriais da Coroa de Castela após as viagens de Cristóvão Colombo que, um ano e meio antes, havia chegado ao chamado “Novo Mundo” reivindicando para a Coroa Portuguesa. Posteriormente, o Tratado de Tordesilhas foi consolidado pelo Tratado de Madrid de 1750 (Albuquerque, 1989).

A partir de 1799, Napoleão dirigiu os destinos da França, expandindo seu domínio sobre a Europa Continental. Ao avançar sobre a Península Ibérica, a Coroa Portuguesa emigrou para o Brasil. Na Espanha, o Rei Fernando VII foi detido e Napoleão nomeou seu irmão como monarca. Alguns setores da população espanhola começaram a organizar a resistência através de Juntas de Governo. As colônias espanholas imitaram os peninsulares e, partir de 1810, organizaram suas próprias Juntas. [...] É a partir deste momento que começa a história independente das nações latino-americanas (Moreira et al, 2010, p. 19).

A Independência Americana, em virtude da sua precedência, influenciou os processos de emancipação na América Latina, os quais adotaram estratégias similares de confronto, compreendendo tanto conflitos militares em seus territórios quanto tentativas de obter reconhecimento internacional por meio de diplomacia no contexto europeu (Moreira et al, 2010).

## 1.2 O processo de Independência na América do Sul

Entre fins do século XVIII e começo do século XIX, organizaram-se os latino-americanos e deram inícios aos seus processos de independência. Existem características distintas em cada região que influenciaram os movimentos de independência das colônias espanholas. No entanto, pode-se argumentar que as invasões inglesas ocorridas a partir de 1806 serviram como um prelúdio para as crescentes inquietações dos *criollos*<sup>3</sup> em estabelecer Juntas autônomas (Prado, 2014).

Quando a notícia da coroação de José Bonaparte no trono espanhol chegou as colônias em 1808, começou o processo de Juntas de Governo. Neste momento, as questões de legitimidade do poder constituído e fidelidade estavam postos em discussão (Prado, 2014, p. 26).

Na América portuguesa, ao contrário, não foram registradas invasões, em parte devido à estabilidade das relações comerciais asseguradas pela aliança anglo-portuguesa. Ademais, diante das pressões resultantes da invasão napoleônica, a Coroa portuguesa optou por transferir sua sede para a colônia brasileira, estabelecendo-se na cidade do Rio de Janeiro (Moreira et al, 2010).

Em 1808 e 1809, em Quito, Caracas, Chuquiasca, La Paz e Buenos Aires, organizaram-se movimentos peticionando a formação de Juntas locais, mas que acabaram reprimidas pelas antigas autoridades coloniais (Moreira, 2010, p. 34). Posteriormente, em 1810

---

<sup>3</sup> Descendentes de espanhóis nascido nas Américas (Prado, p. 13, 2014).

e 1811, os insurgentes lograram vitórias em Caracas, Buenos Aires, Bogotá, Assunção, Santiago, El Salvador e Quito, constituindo Juntas de Governo (Moreira et al, p. 34).

Em 1811, as Juntas de Caracas, Quite e Bogotá declaram a independência e convocaram congressos constituintes, dando origem às primeiras constituições latino-americanas, junto com o Paraguai que também organizara um congresso constituinte. Entretanto, a Junta de Buenos Aires não definia a declaração da independência nem organização do Rio da Prata. (Moreira et al, 2010, pp 35-36)

A partir da derrota de Napoleão em 1814 e o restabelecimento do Rei Fernando VII ao trono espanhol, o argumento de governar em nome do Rei não teve mais credibilidade. Decidido a não perder as colônias, iniciou ofensivas para conter as insurgências (Prado, 2014).

Em fevereiro de 1815, a grande expedição do general Pablo Morillo, com 10 mil homens e 18 navios de guerra, partiu para Caracas, pois o norte da América do Sul fora considerado o lugar com as necessidades mais urgentes. Com a chegada das forças espanholas, o movimento rebelde atravessou um período de derrotas, pondo em risco tudo que havia sido alcançado anteriormente. Mas a violenta repressão aos rebeldes com muitas prisões e fuzilamentos provocou mais insatisfação nas colônias. (Prado, 2014, p. 29)

No Peru, as tropas reais contiveram os revolucionários do exército rio-pretense da Bolívia e fizeram contrarrevoluções no Equador e Chile. Um ano depois do envio de tropas, o Rio da Prata era o único território latino-americano não reconquistado. Partindo do Rio da Prata sob o comando de San Martin<sup>4</sup>, repeliram os espanhóis em 1817. Na Venezuela, palco central da reconquista, a chegada de reforços espanhóis forçou o líder Simon Bolivar<sup>5</sup>, a imigrar para o Caribe a fim de reorganizar suas forças (Moreira et al, 2010).

Em 1819, Bolivar conquistou os territórios da Venezuela, Colômbia, Panamá e Equador, criando a Grão Colômbia. Em 1821, San Martin tomou e declarou independência do Peru. Apesar da contraofensiva das tropas reais espanholas, em 1825 todo o continente rompera com sua metrópole (Prado, 2014).<sup>6</sup> Os territórios libertados, convocaram diferentes e sucessivos congressos, com o reiterado objetivo de organizar constitucionalmente os novos estados (Moreira et al, 2010, p. 38).

---

<sup>4</sup> A figura de José de San Martin foi central neste processo, por ter sido um militar profissional que organizou o exército, lutou contra os espanhóis em território rio pratense primeiro e, no Chile e no Peru, mais tarde. (Moreira et al, 2014, p. 36).

<sup>5</sup> A figura de Bolívar e seus ideias são um ponto central dos antecedentes da integração latino-americana. Sua figura será mais explorada no tópico seguinte.

<sup>6</sup> Cuba e Porto Rico permaneceram sob domínio espanhol. Por outro lado, Brasil declarou sua independência de Portugal em 1822. Posteriormente, o Uruguai, que era território brasileiro, emancipou-se em 1827 (Moreira et al, 2010).



### 1.3 Simon Bolívar e as Conferências Pan-Americanas

#### 1.3.1 Simon Bolívar

Bolívar, figura destacada tanto no âmbito político quanto militar, originou-se de uma família abastada de fazendeiros e aristocratas, o que proporcionou ao venezuelano a oportunidade de realizar seus estudos na Europa, mais precisamente na Espanha e na França. Durante sua estada nestes países, Bolívar teve seus primeiros contatos com as correntes de pensamento republicanas que fervilhavam no continente à época (Lynch, 2017).

Apesar de Bolívar acreditar na ideologia liberal no campo econômico e político, considerava que estas ideias seriam de difícil aplicação nos países latino-americanos (Santos, 2008). O político venezuelano também é considerado como primeiro pensador da integração latino-americana, com destaque para a chamada Carta da Jamaica<sup>7</sup>, um dos primeiros manuscritos a versar sobre a união dos Estados latino-americanos.

É um sonho grandioso pretender formar, a partir de todo o novo mundo, uma única nação com um único vínculo ligando suas partes umas às outras e ao todo. Uma vez que tem uma origem, uma língua, um costume e uma religião, deveria, conseqüentemente, ter um governo único, que confederaria os diferentes estados que têm um governo único. Mas isso não é possível, porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos e caracteres semelhantes dividem a América. Como seria belo se o istmo do Panamá fosse para nós o que o istmo de Corinto foi para os gregos. Oxalá! Que um dia tenhamos a sorte de instalar ali um augusto Congresso dos Representantes das Repúblicas, Reinos e Impérios para tratar e discutir os altos interesses da paz e da guerra com as nações das outras três partes do mundo (Bolívar, 2015, p. 28-9, tradução nossa).

A Carta da Jamaica não previa o estabelecimento de uma ordem político-institucional homogeneia na América Latina, mas dava direções de que, por meio de processos integrativos, os novos Estados independentes deveriam sustentar a liberação. Particularmente, Bolívar acreditava que a constituição do Estado de Nova Granada, vislumbrado inicialmente por Bolívar, deveria ser composto por um Poder executivo eleito, vitalício e não hereditário; uma Câmara ou Senado legislativo hereditário; e um corpo legislativo eleito. Tal modelo possuía influência do Reino Unido, estrategicamente, para atrair os olhos ingleses para futuros financiamentos em caso de tentativa de recolonização (Santos, 2008).

#### 1.3.2 O Congresso do Panamá e as Conferências Pan-americanas

Em 1821, Bolívar convocou as nações latino-americanas a formar uma aliança de defesa contra as potências da época. Em 1823, a Grande Colômbia tinha assinado a urgência de

<sup>7</sup> Carta da Jamaica. 1815. Disponível em: <https://revolucaobrasileira.org/24/07/2022/carta-da-jamaica/>

criar uma confederação. Em 1824, Bolívar convocou a todas as nações do continente a um Congresso no Panamá. (Moreira et al, 2010)

O Congresso do Panamá abriu as atividades em 22/06/1826, com presença da Grande Colômbia, Peru, México e América Central. A Argentina, o Chile, o Paraguai, a Bolívia, o Brasil e o Uruguai não participaram por diferentes motivos. O congresso contou com a presença de observadores britânicos e holandeses. O Congresso dos Estados Unidos decidiu enviar representantes, os quais tiveram um destino imprevisível. Um morreu na viagem e o outro chegou para a clausura do congresso, pelo que sua participação não teve a menor importância (Moreira et al, 2010, p. 47-8).

As ideias norteadoras do Congresso eram a união das facções, partidos e povos americanos para constituir governos livres e Estados independentes, bem como lutar contra os inimigos comuns.

A união entre os Estados deveria ocorrer como produto de ações concretas e esforços dirigidos por todos os setores das sociedades (fatores internos) voltados para a obtenção e manutenção da independência, assim como pelo fato de a América Latina encontrar-se órfã, ou seja, abandonada pelas nações europeias (fatores externos), restando-lhe, dessa forma, o caminho da convergência por meio dos processos integrativos como meio de sustentar a liberdade (Santos, 2008, pp 179-180).

Ao final do Congresso, foi emitido o Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua onde os países assinantes comprometeram-se a facilitar o trânsito dos exércitos aliados, em caso de agressão externa os outros não poderiam assinar paz de maneira individual e, por fim, trabalhar na construção conjunta de desenvolvimento do comércio da região a fim de construir uma política externa comum, baseando no respeito das soberanias nacionais (Moreira et al, 2010). Apesar de idealizar a integração dos estados latino-americanos, Bolívar reconhecia as dificuldades da integração.

Entre os obstáculos à constituição da Confederação destacava-se a presença da estrutura federativa de alguns Estados, pelo fato de propiciar e reforçar a existência de lideranças locais fortes (caudilhismo regional) em detrimento dos poderes centrais constituídos, além do perigo, sempre presente, de uma tentativa de recolonização pela Espanha, apoiada pela Santa Aliança. Tais aspectos levaram Bolívar a admitir que a Confederação preconizada por ele já seria vitoriosa se conseguisse conservar-se por pelo menos dez ou doze anos (Santos, 2008, p. 181).

Sendo assim, o Congresso e o Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua tiveram efeito mais simbólico do que prático. O alcance imediato do Congresso do Panamá foi a confirmação do *uti possidetis Iuri* como base reconhecimento dos territórios dos novos países latino-americanos (Moreira et al, 2010, p. 48). O Tratado, por outro lado, não avançou nas ideias bolivarianas de integração política dos Estados, apenas na cooperação entre seus membros, princípios de convivência pacífica e respeito ao direito internacional, pois os participantes do Congresso não ratificaram o Tratado (Leme, 2006; Santos, 2008).

Entre 1831 e 1840 o México convocou os participantes do Congresso do Panamá para novos congressos, mas nenhum deles foi realizado. Posteriormente, houve sucessivas tentativas de criar uma confederação americana: na conferência de Lima, em 1847, a conferência de Santiago, em 1856, em Washigton em 1856, novamente em Lima em 1864 e em Caracas, em 1883. O principal motivo de tais conferência era o entendimento da América Espanhola de resistência contra a expansão dos Estados Unidos. Ademais, o Brasil também era motivo de desconfiança devido ao seu tamanho e de sua colonização portuguesa (Bethell, 2009).

Sendo assim, o folego integracionista bolivariano de união política fora abandonada e outra forma de integração, as relações intergovernamentais, foram iniciadas pelos Estados Unidos em 1889, por ocasião da *I Conferência Internacional dos Americanos*, realizada em Washigton. A convocação dos Estados Unidos de tais conferência possuem o antecedente da Doutrina Monroe<sup>8</sup>, em um momento em que a política externa norte-americana se esforçava para tornar-se a liderança do continente perante o declínio das influências europeias em suas colônias (Carvalho, 2002; Dulci, 2008).

Após a primeira Conferência houve a criação de um escritório comercial permanente que, anos mais tarde, tornar-se-ia a União Panamericana. Sucedendo o encontro de 1889-1890, houve a Conferência do México (1901-1902), onde foi criada a Organização Pan-Americana da Saúde, a agência internacional de saúde mais antiga do mundo; do Rio de Janeiro (1906) e finalmente, a Conferência de Buenos Aires (1910), onde o escritório comercial permanente tornou-se União Panamericana (Carvalho, 2002; Paiva, 2006; Dulci, 2008).

A partir da eclosão da Primeira Guerra Mundial<sup>9</sup>, as reuniões são retomadas apenas ao final do conflito, em 1923, em Santiago. Posteriormente, houve reuniões em Havana (1929), Montevidéu (1933) e em Lima (1938). Durante o período mencionado, não houve nenhum resultado concreto das Conferências, apenas o esforço diplomático entre os Estados da América.

---

<sup>8</sup> A chamada Doutrina Monroe foi enunciada pelo presidente estadunidense James Monroe (presidente de 1817 a 1825) em sua mensagem ao Congresso norte-americano, em 2 de dezembro de 1823. Essa doutrina consistia em três pontos principais: a não criação de novas colônias nas Américas; a não intervenção europeia nos assuntos internos dos países americanos e a não intervenção dos Estados Unidos em conflitos relacionados aos países europeus, tais como guerras entre esses e suas colônias (Dulci, 2008, p. 24).

<sup>9</sup> A Primeira Guerra Mundial, também conhecida como Grande Guerra, foi um conflito de proporções globais que ocorreu entre os dias 28 de julho de 1914 e 11 de novembro de 1918. As principais potências envolvidas no conflito eram a Alemanha, Áustria-Hungria, França, Reino Unido e a Rússia e outros países. A eclosão do conflito se deu devido ao assassinato do herdeiro do trono austro-húngaro, Francisco Ferdinando. O conflito foi marcado principalmente pela guerra de trincheiras, perdas humanas e pelo Tratado de Versalhes, que impôs sanções de reparação à Alemanha (Burigana, 2014).

Depois da Segunda Guerra Mundial<sup>10</sup>, em 1948, em Bogotá, aconteceu a IX Conferência onde, por sua vez, criou-se a Organização dos Estados Americanos (OEA), que tinha como objetivo a solidariedade americana, assegurar soberania e a cooperação entre os Estados-membros. Ainda em 1948, houve a criação da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe (CEPAL) que tinha como objetivo levantar informações sobre a região e, partir disto, formular possibilidades de industrialização, melhorar o nível de vida de seus povos, fortalecimento das relações comerciais dentro e fora da região e o crescimento da mesma (Carvalho, 2002; Sgrignolli, 2022).

A partir do desenvolvimento das ideias da CEPAL, em 1960, o processo de integração da América Latina desenvolve-se no âmbito da criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), através do Tratado de Montevideu firmado por Argentina, Brasil, México, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai que tinha como meta a constituição de um Mercado Comum Regional em um prazo máximo de 12 anos (Carvalho, 2002; Araujo e Filho, 2015).

Os mecanismos usados para atingir os objetivos da ALALC eram as listas nacionais, lista comuns, listas especiais e acordos de complementação econômica<sup>11</sup> que, acabaram não funcionando como determinadas no Tratado. Com efeito, a ALALC, chegou ao fim da década enfraquecida não apenas inflexibilidade dos mecanismos propostos, bem como pelos entraves políticos impostos pelos governos ditatoriais da época, somados a criação do Pacto Andino (1991) que, posteriormente, tornou-se a Comunidade Andina (Carvalho, 2002; Araujo e Filho, 2015).

A partir desses antecedentes, somados a perspectiva democrática no Cone Sul durante a década de 80 houve a Assinatura do novo Tratado de Montevideu<sup>12</sup> que instituiu a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), no quadro de amplo processo de reestruturação dos objetivos, compromissos e modalidades de integração econômica (Almeida, 1993, p. 150).

O novo Tratado foi assinado em 1980 pela Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, México, Peru, Uruguai e Venezuela, tendo entrado em vigor em março de 1982. De maneira

---

<sup>10</sup> A Segunda Guerra Mundial foi um conflito global que teve início em 1 de setembro de 1939, quando o líder da Alemanha nazista, Adolf Hitler, invadiu a Polônia. A invasão da Polônia desencadeou a guerra entre as potências que se dividiram em dois blocos, os Aliados e o Eixo. Os Aliados eram compostos por Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido e França. O Eixo era formado por Alemanha, Itália e Japão. O conflito foi marcado, principalmente, pela devastação e morte de mais de 80 milhões de pessoas. O conflito encerrou-se em 1945, depois dos Estados Unidos forçarem a rendição japonesa utilizando a Bomba Atômica nas cidades de Hiroshima e Nagasaki (Gilbert, 2009).

<sup>11</sup> Explicados, detalhadamente por Araujo e Filho (2015) nas páginas 103 e 104.

<sup>12</sup> Tratado de Montevideu. 1980. Disponível em: <https://www.aladi.org/sitioaladi/language/pt/tratado-de-montevideu-1980/>

geral, o Tratado de Montevideu tem como objetivo principal a criação de um mercado comum latino-americano, a fim de acelerar o processo de integração regional, o desenvolvimento econômico social harmônico e equilibrado da região (Vieira, 2015). Sendo assim, a ALADI apresentava maior flexibilidade e um propósito mais delimitado em relação ao seu antecessor (Carvalho, 2002).

## 2. ASPECTOS GERAIS DA REDEMOCRATIZAÇÃO DO CONE SUL

De acordo com Aguilar (2011), ao longo da década de 1960, tornou-se evidente uma tendência em ascensão entre os líderes soviéticos de evitar confrontos diretos com os Estados Unidos da América (EUA), em favor da expansão ideológica. Tal postura se refletiu em uma variedade de iniciativas contrárias aos regimes pró-ocidentais, abrangendo diferentes formas de intervenção. Como resultado, os países situados no Cone Sul da América Latina passaram a atribuir maior importância à salvaguarda de suas soberanias nacionais, tornando-a uma prioridade em suas agendas políticas.

Desta forma, ocorreu a implantação de uma série de regimes cívico-militares em todos os países do Cone Sul, que se prolongariam até o final dos anos 1980. Dentro de um contexto de bipolaridade da Guerra Fria, os Estados Unidos, temendo uma expansão do comunismo no continente americano, especialmente após a Revolução Cubana de Fidel Castro, respaldaram-se em intervenções militares na esfera política (Prado, 2014).

A crise dos governos autoritários assentou-se em meados dos anos 70 quando os Estados Unidos inauguraram uma diminuição de recursos com governos locais já controlados; A partir da política de direitos humanos iniciada por Jimmy Carter e intensificada por Ronald Reagan, a pressão internacional para redemocratização aumentou (Moreira et al, 2010).

Com o enfraquecimento da sustentação interna e a internacional, os regimes autoritários entraram em crise e iniciaram a transição. A crise das ditaduras e a passagem do poder para os civis foram ocorrendo em cascata, com a Argentina (1983), Uruguai (1985), Brasil (1986) e, finalmente, Paraguai (1989) e Chile (1990) retornando à democracia. O ano de 1989 foi marcada por eleições presidenciais em todos esses países, embora caracterizada por ritmos diferenciais de transição política (Moreira et al, 2010, p. 293).

A transição democrática do Brasil rapidamente foi ao campo civil. Com a morte do então presidente eleito, Tancredo Neves, assumiu seu vice, José Sarney, em 1985. No mesmo ano, foi convocada a Constituinte que culminaria na Constituição de 1988. Durante a constituinte, destaca-se o papel do então governador de São Paulo, Franco Montoro<sup>13</sup>, que desde o início da sua carreira política advogou pela causa da integração latino-americana, tendo fundado o Instituto Latino-Americano (Moreira et al, 2010; Albuquerque, 2016).

---

<sup>13</sup> André Franco Montoro foi jurista e político brasileiro. Foi Deputado Estadual do Estado de São Paulo em 1959, posteriormente elegeu-se Deputado Federal também pelo Estado de São Paulo onde foi eleito entre 1959 e 1999. Serviu como Ministro do Trabalho para então Presidente João Goulart em 1961 e, entre 1971 e 1983, elegeu-se Governador do Estado de São Paulo.

O parágrafo único do 4<sup>o</sup><sup>14</sup> artigo da Constituição de 1988 foi iniciativa e redigido por Franco Montoro, como mostra Albuquerque:

Montoro lutava pela união dos povos da América Latina desde antes ter surgido a ideia do Mercosul. [...] Montoro influenciou decisivamente para a aprovação do dispositivo constitucional que dispõe que o Brasil buscará a integração política, social e cultural dos povos da América Latina para formação de uma comunidade latino-americana de nações (Albuquerque, 2016, p. 334).

A consagração da integração regional como política de estado não se restringe à sua previsão textual na Constituição. O artigo 4<sup>o</sup> juntamente com seu parágrafo único, da Constituição de 1988, configura-se como marco político e jurídico (Albuquerque, 2016). A partir do fim da Guerra das Malvinas em 1982, a Argentina, atritada com os Estados Unidos, acelerou seu processo de democratização a partir da associação ao Brasil, passando da desconfiança mútua entre os dois países, para o início de um processo de cooperação política e de integração econômica (Moreira et al, 2010).

Com o governo Alfonsín (1983-1989), foi dado empenho em construir uma política externa que retirasse do isolamento e servisse de apoio à superação das enormes dificuldades que o país se encontrava. O governo Alfonsín se concentrou em estreitar relações com os chamados interlocutores preferenciais. Estes eram: América Latina, Europa Ocidental e os Estados Unidos (Moreira et al, 2010, p. 295).

Os outros países do Cone Sul, Uruguai, Paraguai e Chile, na mesma época também iniciaram seus processos de redemocratização de maneiras distintas. A consolidação democrática do Uruguai ocorreu via eleição do candidato colorado Julio Maria Sanguinetti<sup>15</sup>, que governou o país de 1985 até 1990 (Moreira et al, 2010).

Sanguinetti governou buscando a “transformação em paz” das estruturas políticas do Uruguai. Já em março de 1985, 47 presos políticos foram libertados, entre os dirigentes do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros – MLN-T, tendo como líder Raúl Sendic. Enquanto isso, uma anistia foi oferecida aos militares e referendada

---

<sup>14</sup> Art. 4<sup>o</sup> A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - Independência nacional;
- II - Prevalência dos direitos humanos;
- III - Autodeterminação dos povos;
- IV - Não-intervenção;
- V - Igualdade entre os Estados;
- VI - Defesa da paz;
- VII - Solução pacífica dos conflitos;
- VIII - Repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - Concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. (BRASIL, 1990, pp 1-2)

<sup>15</sup> Sanguinetti foi o primeiro presidente democrático depois de 12 anos de ditadura no Uruguai eleito pelo Partido Colorado, de orientação à centro-esquerda.

depois de 1989 (aprovada com 52%), conhecida como Lei do Ponto Final (Moreira et al, 2010, p. 296).

No Paraguai, após 34 anos da presidência de Stroessner<sup>16</sup> o mandatário sofreu um golpe de Estado em 1989, protagonizado pelo General Andrés Rodríguez.<sup>17</sup> Assumindo como presidente provisório, Rodríguez encerrou a censura e legalizou os partidos políticos, com exceção do partido comunista (Moreira et al, 2010).

A democracia paraguaia, pensada em termos de estruturas de poder, pouco alterou a estrutura política de Stroessner, baseado na tríade de Governo – Partido Colorado – Forças Armadas, dando pouco espaço para oposição. No campo econômico, o Governo de Rodríguez passou a implantar um plano de reestruturação econômica [...] também se buscou o saneamento do setor público como objetivo de reduzir o déficit fiscal (Moreira et al, 2010, pp 296-97).

Por outro lado, no Chile, o governo enfrentou entre 1984 e 1988 uma série de manifestações populares no território nacional e pressões internacionais e, em 1988, o plebiscito deu início a transição democrática, sendo realizadas eleições presidenciais e parlamentares em dezembro de 1989, tendo sido eleito Patricio Aylwin. A experiência autoritária do Chile proporcionou o binômio autoritarismo / democracia, permitindo as duas coalizões protagonistas da redemocratização, Concertación, de centro esquerda e a Unión por Chile, de centro direita (Moreira et al, 2010).

Com a eleição de Aylwin, restituiu-se o regime democrático. O modelo econômico buscou incorporar a variável social, com o discurso do crescimento com igualdade. Sob esse lema e com a solenidade própria de um ato de Estado em 1990, o governo de Aylwin realizou o traslado dos restos mortais de Salvador Allende de Vinã del Mar para o Cemitério Geral de Santiago. [...] Este foi um dos atos de reparação mais significativos da transição, cuja reconciliação social e política ainda não foi plenamente alcançada (Moreira et al, 2010, pp. 299-300).

De modo geral, observa Moreira et al (2010), o processo de redemocratização no Cone Sul reestabeleceu instituições básicas, através de eleições e da reconstrução de instituições democráticas, seguido de estabelecimento de consenso em torno de reformas econômicas para barrar a crise fiscal. A conjuntura de valorização da democracia e crise econômica de 1980 somada a articulação de alianças sociais e políticas levou o debate da liberalização política para o terreno da liberalização econômica dos anos 90.

---

<sup>16</sup> Alfredo Stroessner Matiauda foi militar, político e ditador como Presidente do Uruguai de 1954 até a insurreição militar de 1989.

<sup>17</sup> Rodríguez era militar, político e serviu como presidente interino depois de depor Stroessner. Rodríguez tinha apoiado da Igreja Católica, setores opostos ao regime do Stroessner e o governo do Estados Unidos



## 2.1 Integração Brasil-Argentina e o Mercosul

Ao final da década de 80, tanto o Brasil quanto a Argentina finalizara o processo de redemocratização e o contexto internacional era de apaziguamento entre as potências protagonistas da Guerra Fria, avanço da globalização econômica e a consolidação de uma nova agenda internacional. Esse contexto impunha a ambos os países formas de encontrar novas inserções econômicas (Vargas, 1997).

Desta forma, ao fim de 1985, o presidente brasileiro, José Sarney e o então presidente argentino, Raul Alfonsín, assinaram a Declaração do Iguazu<sup>18</sup> que estabeleceu o marco político da nova fase da cooperação entre Brasil e Argentina e relançava o processo de integração econômico bilateral (Vargas, 1997, p. 49).

A Declaração era composta por 32 pontos e versava a respeito das convergências em ambos os governos em matérias políticas e econômicas, bilaterais e regionais e assuntos internacionais de temas variados. Durante a declaração, a tônica é de concordância entre os Chefes de Estado sobre temas de dificuldades econômicas e políticas da América Latina, o desejo de buscar resoluções dos entraves econômicos do desenvolvimento entre os dois países e a importância do processo de redemocratização da Argentina e do Brasil (Leme, 2006).

Um ano mais tarde, em 1986, os presidentes Sarney e Alfonsín aprovaram em Buenos Aires o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), que tinha como objetivo desenvolver laços de interdependência entre as duas economias, baseando-se em três princípios fundamentais: equilíbrio, gradualismo e flexibilidade (Gazzola, 2023, pp 49-50). No mesmo encontro, assinaram a Ata para a Integração Brasileiro-Argentina e doze protocolos de variados temas. Em 1988, os países assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento<sup>19</sup> que tinha como objetivo a consolidação do processo de integração e cooperação econômica entre os dois países, visando um espaço econômico comum em um prazo máximo de até dez anos. Apesar da perda de dinamismo devido às crises econômicas de ambos os países ao final da década, os governos sofreram pressões, sobretudo empresariais, para a estimulação da criação de instrumentos mínimos para viabilizar as decisões de nível regional (Dethein, 2005; Gazzola, 2023).

---

<sup>18</sup>Declaração do Iguazu. 1985. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamentoacordo/3329?IdEnvolvido=19&page=22&tipoPesquisa=2>

<sup>19</sup> Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D98177.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D98177.htm)

O *spillover* ou ramificação do processo, desencadeado pela Declaração de Iguazu, manifestou-se na elaboração e assinatura, até 1989, de mais de trinta instrumentos bilaterais (acordos setoriais, convênios, memorandos, protocolos, entre outros), abarcando um espectro crescente e diversificado de setores (bens de capital, produtos agrícolas, biotecnologia, energia nuclear, siderurgia, indústria de alimentos, indústria automobilística, transportes, administração pública, comércio, constituição de empresas binacionais, além de muitos outros) (Leme, 2006, p. 168).

Segundo Almeida (2007), a conjuntura política e econômica interna e externa do Cone Sul mudou de maneira significativa entre 1985 e final dos anos 1990. As negociações do Uruguai que versava sobre liberalização e regulamentações a mercados e setores específicos, o acordo de livre comércio do NAFTA<sup>20</sup> e a Iniciativa para as Américas de George Bush, foram pressões externas em favor da conformação do Mercosul.

As respostas para estes desafios externos, segundo Visentini (2007), foi a aceleração e ampliação da integração Brasil-Argentina. A eleição em 1989 de Fernando Collor de Mello no Brasil e Carlos Menem na Argentina agilizou os processos de abertura do mercado comum através da Ata de Buenos Aires<sup>21</sup>, antecipando o estabelecimento do mercado comum bilateral em cinco anos, fixando a sua entrada em vigência em 31 de dezembro de 1994 (Dathein, 2005, p.11).

Ainda sobre a perspectiva de Almeida (1993), a aceleração que se deu no processo durante os governos Collor corresponde a uma lógica de consciência à modernização econômica, bem como uma inserção competitiva na economia mundial. Para o autor, a própria mudança no modelo de desenvolvimento - abertura econômica externa e liberalização comercial - e a transformação operada no papel do Estado conduziram, naturalmente, a aceleração do processo negociador da integração entre Brasil e Argentina.

O impacto da aceleração no processo integracionista bilateral foi considerável no imediato entorno regional. Compreensivelmente preocupado com um desenvolvimento que ameaçava deixá-lo num relativo isolamento econômico, o Uruguai procurou rapidamente inserir-se no novo contexto sub-regional, como aliás foi sua orientação permanente durante toda a primeira etapa da aproximação Brasil-Argentina. Pouco depois, o Paraguai juntou-se igualmente ao exercício de ampliação do mercado comum do Cone Sul, haja vista a intensidade dos vínculos comerciais com seus vizinhos platinos (Almeida, 1993, p. 66).

---

<sup>20</sup> Sigla em inglês de North American Free Trade Agreement – Acordo Norte-Americano de Livre Comércio – um acordo abrangente que envolve Canadá, México e Estados Unidos, tendo o Chile como associado. Foi estabelecido em 1º de janeiro de 1994. Seus objetivos são: eliminar barreiras ao comércio e facilitar o movimento de mercadorias e serviços pelas fronteiras; promover condições de concorrência justa; aumentar oportunidades de investimento; prover proteção suficiente e efetiva e aplicação de direitos de propriedade intelectual; e estabelecer bases para maior cooperação trilateral, regional e multilateral (Senado Federal, 2024).

<sup>21</sup> Ata de Buenos Aires, 1990. Disponível em: [https://www.abacc.org.br/en/wpcontent/uploads/2016/09/1990-Comunicado-Conjunto-de-Buenos-Aires\\_PT.pdf](https://www.abacc.org.br/en/wpcontent/uploads/2016/09/1990-Comunicado-Conjunto-de-Buenos-Aires_PT.pdf)

Após discussões entre os países do Cone Sul, em 26 de março de 1991, os presidentes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção criando o Mercado Comum do Sul (Mercosul).<sup>22</sup> O Tratado iniciava a redução tarifária de todos os produtos e previa para 31 de dezembro de 1994 o estabelecimento definitivo de um Mercado Comum entre os quatro países (Vesentini, 2007, p. 83).

De forma geral, os objetivos do Tratado de Assunção eram: a inserção dos quatro países num mundo caracterizado pela consolidação de blocos regionais, a viabilidade econômica de escalas, a ampliação das correntes de comércio e de investimento com o resto do mundo e a abertura econômica regional. Esses objetivos seriam alcançados através de um programa de liberalização comercial com reduções tarifárias, eliminação de restrições tarifárias, coordenação de políticas macroeconômicas, uma tarifa externa comum e adoção de acordos setoriais (Almeida, 1993).

Durante os 4 anos de existência, o processo de integração não alcançou a meta do mercado comum, resultando em uma área de livre comércio pontuada de exceções e de uma união aduaneira extremamente imperfeita (Gazzola, 2023, p. 247). Foi somente no segundo semestre de 1994 que durante a Presidência Pro Tempore do Brasil foi aprovado em 17 de dezembro de 1994 o Protocolo de Ouro Preto que versava sobre a estrutura institucional do bloco (Baptista, 1996).

Desta forma, a estrutura institucional antes do Protocolo de Ouro Preto era composta de órgãos decisórios, um Conselho do Mercado Comum (CMC) que era integrado pelos Ministro de Relações Exteriores, da Economia ou Fazenda dos Estados-Partes e um Grupo Mercado Comum (GMC), órgão executivo do Mercosul. Com a assinatura do Protocolo, passaram a existir a Comissão de Comércio, que era encarregada da aplicação de instrumentos da política comercial entre os Estados para o funcionamento da união aduaneira, a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC)<sup>23</sup>, o Foro Consultivo Econômico Social (FCES), que representava a sociedade civil e a Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM) (Gazzola, 2023).

Sendo assim, o Mercosul logrou resultados positivos na questão de trocas comerciais, especialmente entre Brasil e Argentina. O bloco de 91 até 98 triplicou o fluxo comercial

---

<sup>22</sup> Tratado de Assunção para a Constituição de um Mercado Comum. 1991. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/tratado-de-assuncao-para-a-constituicao-de-um-mercado-comum/>

<sup>23</sup> Hoje, é o Parlamento do Mercosul

intrazona, principalmente no setor de importações. Portanto, o Mercosul pode ser considerado um projeto político exitoso ao ser a primeira união aduaneira do continente (Gazzola, 2023).

### 3. CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO FORO DE SÃO PAULO

Com a queda do Muro de Berlim em 1989, a esquerda internacional entrou em crise no contexto de derrota iminente do bloco soviético e bipolaridade do Sistema Internacional. Apesar do contexto de crise ser o mesmo, as Esquerda do Norte global e do Sul global, usaram estratégias agudamente diferentes para solução dos problemas. No Norte, o Estado europeu de bem-estar transformou-se nas reformas progressistas do capitalismo. Enquanto isto, no Sul, houve as estratégias de liberação nacional foram impulsionadas por meio das lutas armadas revolucionárias, resultando nas revoluções socialistas da China, Coreia do Norte, Vietnam e Cuba (Regalado, 2010).

Ainda sob a perspectiva de Regalado (2010), essa situação revolucionária presente na América Latina e no Caribe que começou com a Revolução Cubana de 1959, encerra-se com a derrota Sandinista na Nicarágua durante as eleições de 1990, abrindo espaço para a convergência de um encontro de todos os setores da Esquerda latino-americana e caribenha. Em meio aos destroços do muro de Berlim e findando a situação revolucionária na maioria dos países, a esquerda latino-americana concebeu o que seria o principal organismo de organização, estratégia e debate da esquerda latino-americana e caribenha durante as próximas décadas, o Foro de São Paulo.<sup>24</sup>

A ideia de realizar um encontro da Esquerda latino-americana e caribenha foi do então presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), em conversa com o primeiro secretário do Partido Comunista Cubano e líder da Revolução Cubana, Fidel Castro. Em seu livro de memórias, “Reflexiones”, Castro relata que:

Lula expressou novamente seu respeito e profundo afeto por Cuba e seus líderes. Imediatamente acrescentou que estava orgulhoso do que estava acontecendo na América Latina, e mais uma vez afirmou que aqui em Havana decidimos criar o Foro de São Paulo e unir toda a esquerda da América Latina, e essa esquerda está chegando ao poder em quase todos os países (Castro, 2008, p. 112, tradução nossa).

Sob os auspícios do então presidente do PT, Lula e do líder da revolução cubana, Fidel Castro, foi convocada uma reunião de organizações, partidos, movimentos e frentes de Esquerda da América Latina e do Caribe em 1990, na cidade de São Paulo. Entre os dias 2 e 4 de julho de 1990, no salão do antigo Hotel Danúbio, aconteceu o “Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe”<sup>25</sup>, onde estiveram presentes mais

---

<sup>24</sup> O presente trabalho utilizará além do nome completo, a abreviação “FDS” e “Foro” com F maiúsculo para referir-se ao mesmo durante o desenvolvimento da escrita para melhor construção de raciocínio.

<sup>25</sup> O batismo do nome “Foro de São Paulo” foi ratificado apenas no II encontro, no México, em 1991.

de 48 partidos, organizações e frentes de Esquerda da América Latina e do Caribe. (Regalado, 2010) Inédito pela convergência de variados espectros da esquerda latino-americana em um só local, tal amplitude política e participação de correntes ideológicas distintas é fruto de ter sido convocado pelo PT do Brasil, força política com uma diversidade interna que servia de ponto de contato com todos os setores de esquerda e progressista da América Latina (Regalado, 2010, pp 36-7, tradução nossa).

A reunião de 1990, inicialmente, havia sido pensado para apenas uma celebração, não como um foro político permanente. Porém, o encontro exprimiu a força da Esquerda na região. Essa demonstração de poder desempenhou um papel fundamental no movimento contrário à hegemonia dos Estados Unidos na época, quando estavam sendo lançadas Iniciativa para as Américas e propostas de Área de Livre Comércio das Américas<sup>26</sup> (Melo, 2016).

O Encontro, evidencia seu caráter multifacetado em seus temas abordados; i) Mudanças na ordem internacional e seu significado para a América Latina e o Caribe; ii) Balanço das lutas pela democracia e pelo socialismo no ocidente; iii) Os problemas estratégicos da luta pelo socialismo. Desta forma, as intervenções feita pelos representantes dos partidos tiveram a mesma tônica de condenação do capitalismo e do neoliberalismo, exaltação da democracia e do Estado de Direito e a necessidade de construção de um paradigma socialista próprio da América Latina e do Caribe (Regalado, 2010).<sup>27</sup>

Deste modo, ao final do primeiro Encontro, uma comissão<sup>28</sup> integrada pelo PT do Brasil, Frente Farabundo Martí para Libertação Nacional (FMLN) do El Salvador, Partido Comunista Cubano de Cuba (PCC) e o Partido Unificado Mariateguista (PUM) do Peru, formularam a chamada Declaração de São Paulo, documento histórico que cria as bases e princípios dos quais os membros do Foro comungam.<sup>29</sup> Define-se, então, que os participantes do Encontro são de esquerda, socialistas, democráticos, populares e anti-imperialistas (Foro de São Paulo, 2013, p. 11). Adiante, no mesmo documento, destacam-se os seguintes objetivos: i)

---

<sup>26</sup> A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi uma proposta feita pelo presidente dos Estados Unidos, George H. W. Bush, durante a Cúpula das Américas, em Miami, no dia 9 de dezembro de 1994, com o objetivo de eliminar as barreiras alfandegárias entre os 34 países americanos, com exceção de Cuba, formando assim uma área de livre comércio, cuja data limite seria o final de 2005.

<sup>27</sup> No link, está disponível a transmissão completa do Encontro. <<https://www.youtube.com/watch?v=I5ZL3hNsi6sM>>

<sup>28</sup> Essa comissão foi eleita pelos próprios membros do Encontro e foi nomeada de “Comissão Organizadora”. A mesma Comissão ficou responsável por organizar o próximo encontro, no México. Os capítulos seguintes trataram a respeito do desenvolvimento da Comissão.

<sup>29</sup> A seguinte ata de registro – ou Declaração Final – será contestada no encontro do ano seguinte, em 1991, devido aos termos ali empregados e na medida em que os membros já percebiam a virtual permanência do encontro como um foro político.

avançar com unidade consensual de propostas de ação na luta anti-imperialista e popular; ii) promover intercâmbios especializados em torno dos problemas econômicos, políticos, sociais e culturais como forma de oposição a proposta de integração de domínio imperialista; iii) definir bases de um novo conceito de unidade e integração continental (Foro de São Paulo, 2013, pp 11-12).

Além de firmar a Declaração de São Paulo, o Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe, decidiu celebrar um segundo encontro no México, realizar um seminário sobre temas econômicos que envolviam a crise capitalista e os programas alternativos para enfrentá-la e realizar em São Paulo um intercâmbio de experiências com os partidos e organizações de esquerdas que exerciam o poder localmente (Regalado, 2010).

A partir da consciência de que estavam criando uma força política permanente, os membros organizadores começaram a mostrar suas contradições a respeito da sua composição, identidade e objetivos. Segundo Melo (2016), o Foro de São Paulo passou pelas seguintes fases durante seu desenvolvimento: i) o nascimento e a primeira infância com a crise de identidade (1990-1993); ii) a fase de definição e o desenvolvimento da personalidade (1993-2002); iii) a crise de adolescência (2002-2007); iv) a maioridade política (2007-2015).

### **3.1 O nascimento, primeira infância e a crise de identidade (1990-1993)**

#### **3.1.1 O Encontro do México (1991)**

A partir da autopercepção que o Encontro caminhava para um foro permanente, houve uma crise de identidade dentro da composição das variadas organizações, partidos e movimentos membros. O Comitê Organizador eleito em São Paulo encontrou-se nos dias 18 e 19 de novembro de 1990, na Cidade do México, em ocasião do Congresso do Partido da Revolução Democrática para firmar a data definitiva do próximo encontro que, inicialmente, estaria previsto para março de 1991, porém, sofreu um atraso que, para Regalado (2010, p. 56), por trás desse atraso estavam manobras de "reformistas" e "revolucionários"<sup>30</sup> para mudar ou

---

<sup>30</sup> A respeito desse “balanço de forças” que lutavam para definir a identidade do Encontro, houve também uma batalha no campo semântico. Regalado diz: “Outro sinal da polarização sobre a identidade e a composição do grupo nascente foi o debate sobre o nome do Encontro. Também aqui não vale a pena entrar em detalhes que não contribuem para a análise de quais forças políticas ou quais indivíduos defenderam uma ou outra posição. Basta dizer que houve uma forte pressão para remover a palavra "esquerda" do nome. Especificamente, houve uma insistência em renomear como Encontro de Partidos e Organizações Democráticas Populares da América Latina e do Caribe. O argumento dos que tentavam forçar essa mudança era que não se podia "ser de esquerda" e ao mesmo tempo aspirar ao governo. Uma das propostas para encontrar uma denominação que reconhecesse sua amplitude política e ideológica foi o acréscimo de rótulos (democrático, popular, de esquerda e outros); a alternativa

manter, conforme o caso, a identidade e a composição do grupo nascente. Foi necessária uma segunda reunião do Comitê Organizador para que o II Encontro fosse acordado para ser celebrado durante os dias 12 a 15 de junho.

Finalmente, durante os dias combinados pelo Comitê Organizador, se realizou o II Encontro dos Movimentos e Partidos Políticos do Foro de São Paulo. Com mais de 68 organizações e partidos políticos de 22 países, também contou com a presença na forma de observadores, 12 organizações e partidos políticos da Europa, Canadá e Estados Unidos (Foro de São Paulo, 2013, p. 16).

O tema principal deste encontro foi “Impactos econômicos, políticos, sociais e culturais da crise e do modelo neoliberal”, somado a apresentações introdutórias sobre os mais variados temas das experiências de cada partido e/ou organização que usasse da palavra. Apesar do caráter igualmente multifacetado, a Declaração do México revisitou a definição dos membros que compunham o Foro, destacando que:

O debate realizado neste II Encontro foi franco e aberto, democrático, plural e unitário, com a participação de um amplo leque de forças. Algumas têm identidades nacionalistas, democráticas e populares, enquanto várias outras levam estes conceitos para identidades socialistas diversas, estando todas comprometidas com as transformações estruturais requeridas para o cumprimento dos objetivos das grandes maiorias dos nossos povos pela justiça social, a democracia e a libertação nacional (Foro de São Paulo, 2013, p. 16).

A Declaração segue, seguindo o mesmo tom de condenação ao capitalismo, domínio imperialista e ao neoliberalismo que a Declaração de São Paulo. Expressa solidariedade com os partidos membros de Cuba, Nicarágua, El Salvador e Guatemala. Condena-se também a Iniciativa para as Américas, argumentando ser indispensável pensar em alternativa própria, a fim de evitar que as relações econômicas com os países imperialistas e os mecanismos do mercado aprofundem as diferenças existentes e perpetuem o subdesenvolvimento, a dependência e a integração subordinada e passiva com os países desenvolvidos (Foro de São Paulo, 2013, p. 22).

---

apresentada foi evitar rótulos e fazer referência a objetivos gerais (de soberania, igualdade, desenvolvimento etc.). [...], entretanto, após a reunião do Comitê Organizador em que o nome Fórum de São Paulo foi endossado na convocação do II Encontro, a minoria insatisfeita reabriu o debate com a intenção de reverter essa decisão. Esse confronto durou vários meses até que, no meio do segundo encontro, a maioria a favor do nome Foro de São Paulo pediu a Lula e Cárdenas que exercessem sua liderança para neutralizar aqueles que se opunham firmemente a essa solução intermediária. Talvez eles mesmos não se lembrem, mas foi a ação pessoal desses dois líderes que consumou o batismo do novo grupo político regional (Regalado, 2010, pp. 57-58).



Ao fim da Declaração Final, os participantes acordam a dar continuidade a uma série de intercâmbios, bem como realizar o III Encontro em 1992 e a criação de um Grupo de Trabalho<sup>31</sup> formado pelo PT do Brasil, Esquerda Unida do Peru, FMLN do El Salvador, Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua (FSLN), o PCC, Frente Ampla do Uruguai, Partido da Revolução Democrática do México (PRD), Movimento Lavalás do Haiti e Movimento Bolívia Livre (MBL).

### 3.1.2 O Encontro de Manágua (1992)

O Grupo de Coordenação reuniu-se nos dias 30 de novembro e 1 de dezembro, em São Paulo, para definir que o III Encontro do Foro seria realizado em Manágua, na Nicarágua, a fim de coincidir com as celebrações do XIII Aniversário da Revolução Sandinista. Neste mesmo encontro, acordou-se que seria realizado em Lima, no Peru, um seminário sobre a integração e desenvolvimento alternativo na América latina e no Caribe.

Patrocinado pela Fundação Andina, o seminário sobre questões econômicas teve lugar em Lima, de 26 a 29 de fevereiro de 1992. Nesse evento, foi decidida a criação de uma rede latino-americana e caribenha de centros de investigação, que se reuniria anualmente como mecanismo de retroação entre os partidos e movimentos políticos do e movimentos políticos do Foro de São Paulo, os movimentos populares e os centros de pesquisa de investigação. (Regalado, 2010, p. 80).

Então, entre nos dias 16 e 19 de julho realizou-se o III Encontro do Foro de São Paulo, do qual a FSLN foi anfitriã. A reunião contou com a participação de 61 organizações e partidos políticos, provenientes de 17 países da América Latina e do Caribe. Estiveram presentes também, 43 organizações e partidos observadores da África, Ásia, Europa, Estados Unidos e Canadá (Foro de São Paulo, 2013).

Durante os dias da reunião, o debate<sup>32</sup> de estratégias partidárias nacionais envolvendo as “formas de luta” e em relação às normativas de funcionamento do Foro e da Comissão Organizadora chegaram em seu clímax (Melo, 2016, p. 90). O anfitrião do encontro, também membro do Grupo de Coordenação, ficou responsável pela elaboração de um documento que constasse as propostas de normativas de funcionamento do Foro e do Grupo de Coordenação, entre elas, a renovação do Grupo com novos membros.

Num polo, estavam os que defendiam a formulação de propostas, o debate e a votação direta em plenário e, no outro, os que insistiam em que a proposta deveria partir do

---

<sup>31</sup> Nas próximas sessões, será discutido a formação deste Grupo de Trabalho que, essencialmente, substituí a Comissão Organizadora e torna-se um mecanismo institucional essencial de manutenção e funcionamento do Foro de São Paulo.

<sup>32</sup> Ver Regalado, 2010, p.82.

próprio Grupo, com um critério de rotação que não incluísse partidos que desempenham um papel fundamental no Grupo. Estreitamente relacionada com este debate, surgiu uma quarta questão, que se prendia com o facto de a aceitação ou rejeição de várias propostas de adesão ao Grupo de Coordenação poder alterar a correlação de forças no seio do Grupo num sentido ou noutro (Regalado, 2010, p. 83).

Após a cerimônia de abertura, foram apresentados os resultados dos seminários realizados em Lima e Manágua.<sup>33</sup> O transcorrer dos debates demonstrou a efetividade de realizar Seminários prévios, uma vez que as discussões foram mais organizadas e coesas uma entre as outras (Regalado, 2010).

A Declaração final de Manágua, então, divide-se em 7 subtítulos<sup>34</sup>, a saber: i) importância e futuro do Foro de São Paulo; ii) ofensiva multifacetada do Norte contra América Latina e Caribe; iii) elementos para a defesa dos interesses populares; iv) a integração dos povos; v) preocupante “legitimação” da política intervencionista; vi) alternativas e exigências e vii) decisões. Além dos pontos discutidos na declaração, destaca-se a transformação do Grupo de Coordenação em Grupo de Trabalho e a formulação do projeto de normativas<sup>35</sup> para o funcionamento do Foro de São Paulo e do Grupo de Trabalho (Foro de São Paulo, 2013).

Por fim, destaca-se que o III Encontro aprovou as recomendações do Grupo de Trabalho sobre integração e, solicitou, dentro outros, os seguintes pontos

1 – Dar a conhecer, particularmente entre as outras regiões do Sul, as posições políticas e econômicas expressas em nossos trabalhos e eventos, promovendo o reconhecimento institucional do Foro e o estabelecimento de uma comunicação permanente com fóruns e instâncias análogas. 2 - Convocar um Seminário-Oficina sobre Educação Política e a Nova Relação Partidos Políticos-Movimentos Sociais, assegurando a presença de organismos sindicais e populares. 3 - Consultar a convocatória a um Seminário-Oficina sobre a opressão de gênero, priorizando os

<sup>33</sup> O Seminário de Lima foi realizado dos dias 26 a 29 de fevereiro de 1992. Já o de Manágua, foi realizado 14 e 15 de julho, também em 1992.

<sup>34</sup> Para leitura integral de todos os subtítulos ver Foro de São Paulo, 2013, pp 26-42

<sup>35</sup> No livro de Regalado (2010, p. 289) consta a referência ao projeto de normativas, mas não foi possível encontrar a fonte nos arquivos e bibliotecas digitais do Foro de São Paulo. Porém, a própria Declaração Final de Manágua cita o documento. Ver Foro de São Paulo, 2013, p. 42. Para além disto, Regalado cita que constavam as seguintes propostas de normativas: “1) Os membros do Foro de São Paulo são os movimentos e partidos políticos da América Latina e do Caribe que aderem e apoiam as resoluções das reuniões e contribuem para a unidade dos povos da América Latina e do Caribe. 2) As solicitações de participação devem ser encaminhadas à parte anfitriã da próxima reunião para serem canalizadas aos membros da próxima reunião para que sejam encaminhadas aos membros do Grupo de Trabalho que, por sua vez, apresentarão suas recomendações ao plenário do Foro em sua reunião anual. Nesse sentido, é de responsabilidade do Grupo de Trabalho realizar as consultas que julgar apropriadas por consenso. 3) A política do Fórum é não fazer convites. Entretanto, todas as forças políticas podem participar como observadores se desejarem fazê-lo em uma estrutura construtiva de respeito às deliberações e aos objetivos do Foro. Da mesma forma, personalidades e organizações interessadas em questões e tópicos específicos discutidos no Foro. 4) O Grupo de Trabalho é o órgão coordenador e executivo dos acordos do Foro de São Paulo entre as reuniões. 5) O Grupo de Trabalho é nomeado todos os anos pelo plenário do Foro com base na proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho anterior, após um amplo processo de consulta aos membros do Foro. A parte ou o movimento anfitrião do futuro Encontro é incorporado ao Grupo.” (Regalado, 2010, pp 86-87, tradução nossa).

seguintes temas: feminização da pobreza; reprodução humana; participação e representação da mulher; políticas públicas, democratização do Estado e da sociedade, assim como de cultura feminina (Foro de São Paulo, 2013, pp 42-43).

### 3.1.3 O Encontro de Havana (1993)

O III e o IV Encontro foram derradeiros para a formação da identidade e funcionamento do Foro de São Paulo. Alguns meses após o Encontro de Manágua, o agora formalmente rebatizado Grupo de Trabalho, reuniu-se em Montevideo, no Uruguai. Porém, foi no segundo encontro do Grupo de Trabalho entre 24 e 25 de abril de 1993 que houve o primeiro passo para institucionalização das normativas previamente aprovadas (Regalado, 2010).

Entre os dias 21 e 24 de julho de 1993, reuniram-se em Havana, Cuba, 112 organizações membros do Foro, bem como 25 observadores da região e 44 instituições e forças políticas da América do Norte, Europa, Ásia e África. Os membros definiram o Encontro como uma:

[...] demonstração de vitalidade das forças políticas de identidades nacionalistas e anti-imperialistas, democráticas e populares de esquerda e socialistas da América Latina e do Caribe comprometidas com as mudanças profundas em nosso continente (Foro de São Paulo, 2013, p. 44).

Tal demonstração de forças políticas diversas é exigência do contexto histórico, onde há um grande esforço do Foro em se renovar e atualizar seus repertórios teórico-ideológicos e programáticos para construir uma diversidade (Melo, 2016, p. 91). A abertura do encontro ficou por conta do líder e primeiro secretário do Partido Comunista Cuba, Fidel Castro. Contou como tema principal a “A evolução da situação econômica, política e social da América Latina”, com intervenções introdutórias do PT do Brasil, do Movimiento Al Socialismo (MAS) da Venezuela, do FMLN de El Salvador e do anfitrião, o Partido Comunista Cubano (Regalado, 2010). Após a cerimônia, elegeu-se a presidência, adoção da agenda e do relatório do programa de normativas de funcionamento do Foro de São Paulo e do Grupo de Trabalho. Com este último, diz Regalado (2010, p. 117, tradução nossa), o FDS concluiu o processo de fornecer ao Encontro um conjunto mínimo de regras.<sup>36</sup>

Dentro do tema principal, havia questionamentos acerca da

Existência ou não de um processo de democratização na América Latina; se a esquerda deveria ou não aceitar a democracia burguesa como o estágio definitivo de sua luta; se a adesão da esquerda ao governo nacional seria ou não respeitada pelo imperialismo; e se esse respeito incluiria a não interferência na elaboração e no

<sup>36</sup> Regalado (2010) narra que a partir de uma exigência do Partido Comunista Cubano, tudo deveria ser decidido e controlado pelo Grupo de Trabalho. Ver p. 117.

cumprimento do programa político, econômico e social da esquerda (Regalado, 2010, p. 118, tradução nossa).

As discussões a respeito da democratização da região já estavam presentes nas discussões do Grupo de Trabalho e do próprio Foro, mas havia uma expectativa entre os partidos e organizações membros do Foro sobre o biênio eleitoral de 1993-1994, destacado na Declaração Final de Havana:

Diante destes desafios, e no que diz respeito a processos eleitorais no que resta de 1993 e em 1994, várias das forças integrantes do Foro disputarão a presidência ou governos dos seus países, em eleições nacionais, como nos casos do Brasil, Colômbia, Chile, El Salvador, México, Panamá, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Eleições limpas e democráticas é uma palavra de ordem que o Foro apoia em todos os casos (Foro de São Paulo, 2013, p. 47)

Na fala de encerramento do Encontro, Fidel Castro, afirma que “es deber de la izquierda crear consciencia de la necesidad de la integración y de la unión de América Latina y Caribe.”<sup>37</sup> A Declaração de Havana, então, encerra a crise de identidade do Foro através da consolidação das normativas de funcionamento. Por outro lado, inicia-se o desenvolvimento da personalidade do Foro (Regalado, 2010).

### **3.2 Definição e desenvolvimento da personalidade do Foro (1993-2002)**

Entre o IV e o V Encontro do Foro, transcorreram exato um ano e dez meses. Porém, este tempo não significou inatividade. O Grupo de Trabalho realizou dois seminários e uma reunião durante o tempo transcorrido.<sup>38</sup>

Primeiro, um seminário sobre direitos humanos na América Latina e no Caribe - copatrocinado pelo Foro de São Paulo, pela Comissão Nacional de Direitos Humanos de Paraguai e pela organização Nunca Más al Terrorismo de Estado - foi realizado em Assunção, Paraguai, de 15 a 18 de dezembro de 1993. [...] O Grupo de Trabalho se reuniu em Havana de 28 a 30 de janeiro de 1994, quando foi formalizada a decisão de realizar a V Reunião em Montevideú. Nessa reunião, o grupo tomou conhecimento dos resultados do seminário sobre direitos humanos realizado no Paraguai e concordou em realizar um seminário da região do Caribe em Guadalupe nos dias 5 e 6 de maio de 1994. (Regalado, 2010, pp 139-140, tradução nossa)

Na segunda fase, o Foro de São Paulo desenvolveu suas ideias sobre integração regional, denúncias de políticas neoliberais e apoio e participação de campanhas populares nacionais (Melo, 2016, p. 91).

<sup>37</sup> É dever da esquerda criar consciência da necessidade de integração e da união da América Latina e o Caribe. Tradução nossa.

<sup>38</sup> O autor cita apenas uma reunião, mas na página seguinte comenta outra reunião realizada entre os dias 8 e 11 de fevereiro de 1995, onde o Grupo de Trabalho tratou sobre a agenda do evento e a convocação de seminário de parlamentares dos partidos membros do Foro a ser realizado paralelamente por ele. Ver Regalado, 2010, p. 140.

### 3.2.1 O Encontro de Montevideo (1995)

Durante os dias 25 a 28 de maio de 1995, ocorreu o V Encontro do Foro de São Paulo. Contando com a presença de 65 delegações da América Latina e do Caribe, bem como observadores da Europa, África, Ásia, América e Austrália. Houve reafirmação de forças e partidos e dos movimentos de esquerda no continente (Foro de São Paulo, 2013, p. 52).

O anfitrião do Encontro foi o Frente Ampla, que governa a cidade de Montevideo desde a década de 90. Durante a eleição do biênio eleitoral de 1993-1994<sup>39</sup>, o candidato do Frente Ampla, Tabárez Vasquez, embora não eleito ficou com apenas 2% a menos que o vencedor, Julio María Suiguinetti (Regalado, 2010). Ainda sobre o biênio eleitoral de 93-94, o autor destaca que:

A característica de 1993 e 1994 não foi, como muitos esperavam, o triunfo de candidatos presidenciais de esquerda, mas o agravamento da crise econômica, política e social. [...] Apesar do surgimento das lutas populares, em 1994 as condições não eram propícias para que a esquerda tivesse acesso ao governo nacional (Regalado, 2010, pp 137-8, tradução nossa).

A Declaração Final de Montevideo sobre o biênio de 1993 a 1995 diz que:

As eleições realizadas em 14 países da América Latina entre novembro de 1993 e maio de 1995, embora não tenham alcançado as perspectivas manifestadas no IV Encontro de Havana, foram, no entanto, o melhor resultado global que as esquerdas já obtiveram até hoje. Apesar da falta de equidade na qual se desenvolveram esses processos, os partidos que integram o Foro de São Paulo elegeram mais de 300 deputados, mais de 60 senadores, vários governantes, centenas de prefeitos, além de milhares de vereadores municipais, fazendo a quarta parte do total do eleitorado dos países. (Foro de São Paulo, 2013, pp 53-54)

Os temas principais foram a evolução da situação econômica, política e social na América Latina e no Caribe; A integração regional a partir de uma perspectiva popular; e o Foro de São Paulo diante dos desafios da conjuntura (Foro de São Paulo, 2013, p. 40).

Na Declaração Final de Montevideo, o tema da integração é citado como

Sem integração social e econômica interna em cada país, é impossível sustentar qualquer projeto integrativo regional. Para a integração social é imperioso consolidar e desenvolver as democracias pela via do protagonismo permanente dos povos. Aspiramos a que a integração latino-americana e caribenha não se limite a uma liberalização comercial e de investimentos. Concebemos o objetivo último da integração como o desenvolvimento conjunto e complementar dos setores produtivos e de serviços entre os diferentes países da região, para não sofrermos as consequências do mercado mundial dirigido pelas transnacionais. O desenvolvimento não pode ser conduzido pelo mercado. Um conceito integral desse processo supõe a integração de

---

<sup>39</sup> O único candidato presidencial de um partido membro do Foro de São Paulo a vencer no biênio eleitoral de 1993-1994 foi Ernesto Pérez Balladares, do Partido Democrático Revolucionário do Panamá. (Regalado, 2010, p. 193, tradução nossa).

todos os membros da sociedade e dos fatores produtivos nacionais e regionais (Foro de São Paulo, 2013, p. 56).

A Declaração de Montevideo, por fim, transmite que a atenção do V Encontro dirige-se situação econômica, política e social da América Latina e Caribe, junto a troca e experiências sobre o desenvolvimento e integração da América Latina (Regalado, 2010, p. 141, tradução nossa).

### 3.2.2 O Encontro de San Salvador (1996)

Reuniram-se na cidade de San Salvador, na República de El Salvador, entre os dias 26 e 28 de julho nas 1996, 187 delegações de 52 organizações membros, 144 organizações convidados, representadas por 289 participantes e 44 observadores de 35 organizações da América, Europa, Ásia e África (Foro de São Paulo, 2013).<sup>40</sup>

A inauguração do dia 26 contou com 10 mil espectadores, ampla cobertura de televisão, rádio e imprensa (Regalado, 2010, p. 159, tradução nossa). Além do documento base<sup>41</sup>, “Crise e alternativas ao neoliberalismo”, houve seis comissões formadas por Mesas de Trabalhos. A respeito do resultado das mesas a Declaração Final de San Salvador diz

Paralelamente ao debate do documento central, foram desenvolvidas Mesas de Trabalho agrupadas em: Parlamentares, Gênero, Migrações, Meio Ambiente, Encontro Euro-Latino-americano, Encontro com Organizações dos EUA e Canadá. [...] Do debate nas diferentes Mesas de Trabalho surgem diversos pontos de vistas que é preciso continuar debatendo, estendendo os espaços de legitimação das diferentes posições ao conjunto da sociedade. Sendo o Foro um ponto de encontro para a reflexão e a ação, reconhecemos a contribuição para o enriquecimento de todos emanada desse espaço plural no seio da esquerda (Foro de São Paulo, 2013, pp 63-65).

A Declaração caracteriza o Foro de São Paulo como um espaço anti-imperialista de encontro, ação e solidariedade e formulação de projetos alternativos (Foro de São Paulo, 2013, p. 59).

<sup>40</sup> Antes do evento, o Grupo de Trabalho realizou duas reuniões para definir temas, critérios e preparativos para o próximo Encontro. Uma, entre os dias 8 e 9 de setembro de 1995 e outra entre os dias 29 de fevereiro e 2 de março de 1996, ambas em El Salvador. Além das duas reuniões, foi realizado outra reunião de parlamentares membros em Havana, Cuba, entre os dias 14 e 15 de janeiro de 1996. Ver Regalado, 2008, pp 158-159

<sup>41</sup> Uma das principais características do VI Encontro foi a discussão, pela primeira vez, de um documento base, previamente elaborado e distribuído pelo Grupo de Trabalho, que permitiu concentrar os debates em torno de um conjunto de teses sobre os projetos de sociedade alternativa propostos pela esquerda latino-americana e caribenha (Regalado, 2008, p. 160, tradução nossa).

### 3.2.3 O Encontro de Porto Alegre (1997)

Com o êxito de metodologia organizacional de um documento base utilizado no último Encontro, o Grupo de Trabalho se propôs a dar um salto qualitativo no funcionamento do Foro. O Grupo de Trabalho reuniu-se dia 25 e 26 de outubro de 1996 onde decidiu que

[...] O Foro deveria ir além da "busca de alternativas", que considerava um objetivo muito amplo e de longo prazo que não correspondia às necessidades e possibilidades do momento, e passar para a elaboração de propostas concretas de políticas de esquerda. Para esse fim, foi elaborado um inventário de tópicos a serem estudados e debatidos, que foi atribuído aos partidos membros do Grupo, cujos especialistas redigiram os textos básicos para as discussões (Regalado, 2010, p. 162, tradução nossa).

Ao tentar elaborar políticas concretas de esquerda, começaram a surgir problemas com o papel programático que o Foro pretendia assumir (Regalado, 2010, p. 163, tradução nossa). Tais problemas surgiram antes de uma nova reunião do Grupo de Trabalho, realizada no México, entre os dias 28 e 29 de janeiro de 1997. Depois, efetuaram-se seminários auspiciados pelo Foro sobre experiências eleitorais de esquerda. Um organizado pelo PT e pelo PRD do México, durante os dias 30 e 31, e outro ente os dias 2 e 4 de fevereiro, com o tema “os partidos e uma nova sociedade”, ambos em 1997 (Regalado, 2010).

Entre os dias 17 e 18 de junho de 1997, foi celebrada outra reunião do Grupo de Trabalho com o propósito de

[...] Discutir e aprovar o documento central do VII Encontro; especificar os temas, locais e datas dos seminários; informar sobre os contatos feitos com a esquerda europeia; informar sobre a missão de observação eleitoral em El Salvador; apresentar o plano de atividades das secretarias sub-regionais; e aprovar o projeto de homenagem ao Che, entre outros assuntos (Regalado, 2010, p. 171, tradução nossa).

Finalmente, o VII Encontro foi realizado em Porto Alegre, com 158 delegados de 58 partidos procedentes de 20 países da América Latina e Caribe, além de 36 organizações fraternas com o documento base <sup>42</sup>intitulado de “A construção de alternativas democráticas e populares ao neoliberalismo” (Foro de São Paulo, 2013).

A cidade foi estrategicamente selecionada, pois era governada pelo PT desde 1989 e ali esperava-se lançar as propostas concretas de políticos de esquerda inspirado nos resultados obtidos em San Salvador (Regalado, 2010, p. 171, tradução nossa.)

O VII Encontro foi marcado por importantes debates estratégicos, fruto da pressão política e ideológica de concepção tidas como centristas e derrotistas em parcelas da esquerda

---

<sup>42</sup> A primeira proposta de documento base foi reprovada em sua ideia de plataforma programática comum de funcionamento do Foro, sendo posteriormente aprovada com 4 modificações. Ver Foro de São Paulo, 2013, p. 79.

latino-americana, que pareciam se desesperadas com as derrotas em eleições presidenciais (Melo, 2016, p. 92).

### 3.2.4 O Segundo Encontro do México (1998)

A primeira atividade do Foro em 1998 se deu por meio do Grupo de Trabalho, em um encontro no México nos dias 13 e 14 de março, a fim de resolver os problemas políticos e organizativos do último encontro (Regalado, 2010).

Nesse mesmo encontro, decidiu-se celebrar um seminário em Managua, nos dias 20 e 21 de julho do mesmo ano onde cada membro do Grupo de Trabalho

[...] Deve vir acompanhada de pareceres escritos sobre a identificação dos problemas que o Foro de São Paulo deve assumir, uma proposta de ratificação ou redefinição de sua identidade política, os eixos para o desenvolvimento de propostas programáticas e ações concretas, e as formas organizacionais a serem desenvolvidas, incluindo a redefinição das funções e atribuições da Secretaria Executiva e das subsecretarias regionais (Regalado, 2010, p. 177, tradução nossa).<sup>43</sup>

Findado as reuniões de organização do Grupo de Trabalho, o VII Encontro do Foro de São Paulo foi realizado no México, com a presença de 58 partidos e movimentos políticos e 30 entidades observadoras (Regalado, 2010).<sup>44</sup>

O tema central do documento base foi “A esquerda latino-americana de cara aos anos 200”, discutido por sete comissões: partidos de esquerda e movimentos populares parlamentares; governos locais; experiências de resolução negociada de conflitos; cristãos; gênero; e um seminário de líderes políticos caribenhos (Regalado, 2010, p. 179, tradução nossa).

Nesta Declaração, o Foro destaca que

Em meio às complexidades e às incógnitas de nossa era, a esquerda latino-americana e caribenha, reunida no Foro de São Paulo — es paço anti-imperialista, antineoliberal e plural de encontro, ação, solidariedade e formulação de alternativas programáticas e de luta — procura conhecer cada vez mais as novas condições presentes no mundo e em cada país, para construir, a partir dessas realidades internacionais e nacionais, projetos compatíveis com seus princípios, mas concebidos não como modelos fechados e definitivos, mas sim abertos, sujeitos à experimentação e à retificação, e impulsivo nados pelo componente fundamental da participação social. (Foro de São Paulo, 2013, p. 84)

Adicionando

<sup>43</sup> A decisão de reforma do Grupo de Trabalho, criação da Secretária Executiva e as 4 secretárias sub-regionais foi acordada no V Encontro. Ver Regalado, 2010, p. 142.

<sup>44</sup> A Declaração Final do VII Encontro não consta o número de participantes, os números citados constam no livro de Regalado, 2010 p. 178.



Toda alternativa ao neoliberalismo requererá, tendo em conta as peculiaridades de cada país, uma aposta efetiva na independência nacional, na justiça social, na igualdade de condições e oportunidades, na solidariedade e na participação, no marco de uma nova democracia, altamente participativa e que vá se aprofundando. Temos princípios, mas não receitas para nos movermos em prol desses objetivos – que exigem empreender profundas transformações estruturais, autenticamente revolucionárias – e cada governo de esquerda e progressista, em cada país, em cada âmbito, deverá aplicar com criatividade e perseverança uma política que assegure o direito do povo a construir seu próprio destino (Foro de São Paulo, 2013, p. 84).

Por fim, acordou-se criar duas comissões de trabalho, uma para observar as negociações na Colômbia compostas pelo PT do Brasil, PRD do México, FA do Uruguai e FMLN de El Salvador. A segunda, composta pelo PRD, PC de Cuba e um membro da República Dominicana e dois membros do Parlamento da América Central, para oferecer bons ofícios ao governo do haitiano (Regalado, 2010).

### 3.2.5 O Segundo Encontro de Manágua (2000)

Antes do encontro, houve duas reuniões do Grupo de Trabalho. A primeira, realizada entre os dias 1 e 2 de março de 1999, no México, para debater sobre a identidade e propósitos do Foro. A segunda, um seminário sobre as definições políticas e aspectos organizativos do Foro de São Paulo que se efetuou em Manágua, entre os dias 17 e 18 de julho de 1999 (Regalado, 2010).

Reunidos em Manágua entre os dias 19 e 21 de fevereiro de 2000, os mais de 20 partidos e movimentos da esquerda latino-americana e caribenha e observadores da Europa, Ásia, África e Oriente Médio. A discussão central do documento base, “A esquerda frente ao novo século: a luta continua”, contou com diversos seminários de variados temas (Regalado, 2010).

A Declaração de Niquinohomo<sup>45</sup>, que marcou os dez anos do primeiro Encontro afirma que

Os dez anos transcorridos desde a criação do nosso Foro não fizeram outra coisa senão ratificar a validade de nossas ideias iniciais. Assim como em julho de 1990, nós, partidos e movimentos políticos do Foro de São Paulo, rechaçamos terminantemente que o neoliberalismo possa constituir um projeto de desenvolvimento que, após um período do chamado ajuste, “derramaria” riqueza para todos os habitantes da Terra. Negamos que a doutrina neoliberal responda a supostas leis inexoráveis do desenvolvimento econômico e científico-técnico (Foro de São Paulo, 2013, p. 95)

---

<sup>45</sup> No encerramento dessa reunião, que ocorreu em frente à casa-museu Augusto C. Sandino, localizada na cidade de Niquinohomo, 45 quilômetros a leste de Manágua, a declaração com esse nome foi lida e formalmente aprovada por todos os participantes, bem como o discurso final, proferido pelo secretário-geral da FSLN, Daniel Ortega. (Regalado, 2010, p. 185, tradução nossa).

## Adiciona

Parte fundamental desse patrimônio é o avanço das forças de esquerda, particularmente dos partidos membros do Foro, na conquista de maiores espaços institucionais, em governos estaduais e municipais, assim como nos movimentos sociais, nas instâncias não governamentais, nas lutas extra institucionais e nas insurgências populares (Foro de São Paulo, 2013, p. 97).

Por fim, o Foro de São Paulo (2010) declara que, de maneira conjunta, assumiriam os compromissos de defesa dos interesses nacionais e populares acima dos partidos-membros e que após dez anos da fundação do Foro, a esquerda-latino-americana reafirmava seus valores democráticos e de resistência.

### 3.2.6 O Segundo Encontro de Havana (2001)

Durante os meses de dezembro de 2000 até 26 de agosto de 2001, o Grupo de Trabalho reuniu-se em seminários, um intercâmbio com partidos de 4 capitais da Europa e 3 reuniões, sendo duas de cunho organizativo para o X Encontro, realizado em Havana (Regalado, 2010).<sup>46</sup>

O X Encontro do Foro de São Paulo realizou-se em Havana, durante os dias 4 e 7 de dezembro de 2001, com participação de 518 delegados de 81 países da América Latina e do Caribe, América do Norte, Europa, Ásia, África, Oriente Médio e Austrália, com representante de 74 partidos e movimentos membros e 127 convidados (Foro de São Paulo, 2013).

Neste encontro, o Foro se definiu como

[...] De esquerda, anti-imperialista, antineoliberal, contra todas as manifestações do colonialismo e neocolonialismo, solidário e participativo na formulação de projetos alternativos para os povos da América Latina e do Caribe, convencidos de que um mundo melhor é possível (Foro de São Paulo, 2013, p. 101).

Regalado (2010) nos diz que o X Encontro foi marcado por dois fatores, os atentados de 11 de setembro e as novas derrotas eleitorais do biênio de 1998-2001. Sobre os atentados terroristas, a Declaração diz

Os atentados de 11 de setembro em Nova Iorque, Washington e Pensilvânia agravaram a situação internacional, gerando uma nova conjuntura e abrindo um processo de imprevisíveis consequências. O Foro de São Paulo se solidarizou de imediato com as vítimas desses atos criminosos e definiu o caminho da paz e da justiça como o único válido para derrotar o terrorismo, reiterando sua solidariedade com todos aqueles que sofrem suas consequências. (Foro de São Paulo, 2013, p. 104)

Acerca dos ciclos eleitorais a Declaração afirma que

---

<sup>46</sup> Regalado (2010) relata as reuniões em detalhes nas páginas 189-192.

Assistimos a importantes avanços das forças de esquerda e progressistas, atuando sós ou como parte de amplas coalizões, em vá rios países de nosso continente, com importantes resultados eleitorais, e em alguns deles com possibilidades reais de chegar a governos nacionais e locais nos próximos anos, através do acúmulo eleitoral e pelo caminho das lutas populares mais diversas. (Foro de São Paulo, 2013, p. 107)

Para Regalado (2010), o segundo encontro de Havana e o X encontro do Foro foi caracterizado pelo fracasso nas eleições presidenciais, onde a esquerda latino-americano ainda não tinha sido sequer assimilado a vitória de Hugo Chávez para presidência da Venezuela, tão pouco das vitorias que viriam no ano seguinte.

## 4. CONCEITOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

### 4.1 As diferentes autonomias da Nova República

No livro “A Política Externa Brasileira” de Vigevani e Cepaluni (2011), os autores buscam aprofundar um debate já existente em outros autores (Jaguaribe, 1979; Moura, Kramer e Wrobel, 1985; Fonseca Jr, 1998) sobre uma perspectiva latino-americana do conceito de autonomia, em especial, no contexto brasileiro dos governos da Nova República. Desta forma, utilizaremos os conceitos das “autonomias” propostos pelos autores para analisar os períodos dos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Dento da formulação teórica clássica das relações internacionais, o entendimento prevalente entre os autores tradicionais é de que a autonomia se refere ao reconhecimento jurídico de Estados soberanos, considerados unidades iguais em uma ordem internacional anárquica. No Terceiro Mundo, autonomia, internamente, é um meio primário de assegurar as distintas formas de desenvolvimento autóctone ou não dependente. Enquanto externamente é a prática fundamental das relações internacionais (Vigevani e Cepaluni, 2011).

Dessa forma, autonomia é caracterizada pela capacidade de o Estado implementar decisões baseadas em seus próprios objetivos, sem interferência ou restrição exterior, por meio de sua habilidade em controlar processos ou eventos produzidos além de suas fronteiras (Vigevani e Cepaluni, 2011, p. 30).

Para Vigevani e Cepaluni (2011), a política externa brasileira, desde a década de 1980, vem sendo marcada pela busca pela autonomia de três formas distintas para atingi-la. De maneira geral a *distância*, que é caracterizada por um desenvolvimento econômico autárquico, somado a um sentimento nacionalista e pelo distanciamento dos grandes temas internacionais buscando alianças Sul-Sul; A *participação* que busca maior envolvimento internacional, a aceitação de normas liberais e de regimes internacionais na expectativa de influenciá-los e participar dos mesmos; Por fim, a *diversificação* que implica aproximação aos países do Sul, maior poder no quadro de regimes internacionais e a busca por soluções multilaterais.<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> Em páginas seguintes os autores fazem um resumo das autonomias. A saber: Uma definição resumida seria: (1) autonomia pela distância: política de não alinhamento automático aos regimes internacionais predominantes; crença na autarquia parcial; desenvolvimento focado no mercado interno. Consequentemente, uma diplomacia que vai contra certos aspectos da agenda das grandes potências para servir a seu principal objetivo: a preservação da autonomia do Estado; (2) autonomia pela participação: adesão a regimes internacionais, especialmente aos mais

## 4.2 Definindo Integração Regional

Ao falar de integração regional, necessariamente, precisamos falar dos processos e conceitos que permeiam ela, isto é, regionalismo e regionalização. O presente trabalho buscou as definições destes conceitos em autores clássicos das relações internacionais (Haas, 1958; Hoffman, 1990; Moravcsik, 1998; Deutsch, 2016) e durante a condução da pesquisa, deparamo-nos com os estudos sobre o Novo Regionalismo teorizados por Hettne e Söderbaum (1998; 2000). Decidimos utilizar tais referências, pois consideramos que esses autores não rejeitam as teorias clássicas, mas as complementam.

### 4.2.1 Regionalismo, Novo Regionalismo e Regionalização

Regionalismo pode ser descrito como o fenômeno geral quanto a ideologia associada no sentido de envolver o desejo de uma ordem regionalista. Tal conceito pode se manifestar de uma área geográfica específica ou como modelo de organização à nível mundial, implicando inúmeras formas de regionalismo. Por outro lado, a regionalização é o processo empírico que carrega um componente ativo, configurando-se como estratégia de implementação da regionalização (Hettne e Söderbaum, 1998)

Segundo Hettne e Söderbaum (1998) o novo regionalismo está associado com ou causado por múltiplos fatores tais como a mudança da estrutura bipolar da Guerra Fria e dos sistemas de alianças para uma estrutura multipolar, o relativo declínio da hegemonia americana, a reestruturação da economia global em três grandes blocos: União Europeia, NAFTA e a Ásia-Pacífico, a erosão do sistema de estado-nação de Vestfália somado ao crescimento da interdependência econômica, social e política, a “globalização” associada de finanças, comércio, produção e tecnologia, temores recorrentes sobre a estabilidade da ordem comercial multilateral e o fim do “terceiro-mundismo” e a mudança em relação ao desenvolvimento econômico e ao sistema político.

Sendo assim, o Novo Regionalismo é um processo abrangente, multifacetado e multidimensional, que implica a mudança de uma determinada região de relativa

---

liberais, mas sem perda da administração da política externa. O objetivo seria influenciar a formulação de princípios e regras que governam o sistema internacional; (3) autonomia pela diversificação: adesão aos princípios e normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, incluindo alianças regionais, mediante acordos com parceiros comerciais não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Leste Europeu, Oriente Médio etc.), na tentativa de reduzir assimetrias nas relações exteriores com as potências e, ao mesmo tempo, manter boas relações com os países em desenvolvimento, cooperando em organizações internacionais e reduzindo, assim, o poder dos países centrais (Vigevani, Cepaluni 2011, p. 136)

heterogeneidade para uma maior homogeneidade em relação a várias dimensões, sendo as mais importantes a cultura, a segurança, as políticas econômicas e os regimes políticos (Hattne, Söderbaum, 1998, p. 2, tradução nossa).

#### 4.2.2 Integração Regional e Regionness<sup>48</sup>

Segundo Hattne e Söderbaum (2000) o conceito de 'região' é fundamental para análise regional. A principal tarefa ao identificar uma região é medir o grau em que área particular, em vários aspectos, constitui-se ali uma entidade distinta, que possa ser diferenciada como um subsistema territorial coerente. Quando diferentes processos de regionalização em vários campos e em vários níveis se intensificam e convergem dentro da mesma área geográfica, a coesão e, portanto, a distintividade da região em formação aumenta (Hattne, Söderbaum 2000, p. 12, tradução nossa).

Hattne e Söderbaum (2000) dividem então níveis (ou estágios) de *regionness*: pré-regional, segundo nível e o terceiro nível. No nível pré-regional, a região em potencial constitui uma unidade social e geográfica, delimitada por mais ou menos barreiras naturais e marcada por características ecológicas. No segundo nível, então, pode começar com a cooperação regional intergovernamental “formal”, pois é promovida pelo Estado ou através de processos “informais”, porém espontâneos, induzidos pelo mercado e pela sociedade em qualquer campo cultural, econômico, político ou militar, ou em vários deles ao mesmo tempo. Já no terceiro e último, é possível observar a região como sujeito atuante com uma identidade distinta, capacidade institucionalizada de atuação, legitimidade e estrutura de tomada de decisão, em relação a uma sociedade civil regional mais ou menos responsiva, transcendendo as antigas fronteiras estatais.

Sendo assim, partindo da análise de Hattne e Söderbaum (1998; 2000), podemos verificar que o processo de integração regional está concentrado no segundo nível de *regionness*, sendo classificado como o processo por qual uma região é preenchida por processos formais ou informais através dos campos econômicos, cultural, social, institucional e político para tornar-se uma região com identidade distinta das demais.

---

<sup>48</sup> Por se tratar de um termo central da teoria dos autores, optou-se por não traduzir o termo para que as explicações fiquem fidedignas as fontes utilizadas. A tradução livre do termo seria algo como “Regionalidade”.

## **5. ESTRUTURA DO ITAMARATY, POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO E AUTONOMIAS DOS GOVERNOS DE 1990 ATÉ 2002**

### **5.1 Governo Fernando Collor de Mello: Gestão Rezek (1990-1992) e Gestão Lafer (1992)**

O programa de política externa de Fernando Collor de Mello foi influenciado pelo pensamento liberal e por reformas estruturais do Estado aos moldes do Consenso de Washington<sup>49</sup>, em um alinhamento com os Estados Unidos e os demais países desenvolvidos. Para ficar à frente do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Collor nomeou Francisco Rezek que, por sua vez, herdou da última gestão um MRE reformado, com novas subsecretárias e o desenvolvimento da política de profissionalização do Itamaraty em pleno curso (Castro, 2009).

Durante sua gestão, promoveu três modificações de estrutura organizacional do MRE, que contemplaram a criação de três Secretárias Gerais, reformas à nível de Departamento e novas unidades básicas administrativas de critérios temáticos que contemplam os novos desafios de política externa, em especial as questões de integração regional relacionadas ao Mercosul (Castro, 2009).

Um dos pontos centrais da política de integração do governo Collor é a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991. Collor e o então presidente argentino, Carlos Menem, pensavam que o Mercosul poderia servir como plataforma de inserção internacional para seus países. A integração com os países do Cone Sul serviu como forma de atenuar a centralidade das relações com os Estados Unidos (Vigevani e Cepaluni, 2011).

Assim, para não perder espaço para outros ministérios ou agências governamentais, a corporação diplomática rapidamente criou, com autorização do ministro Rezek, o Departamento de Integração Latino-Americana, posteriormente elevado à categoria de Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio

---

<sup>49</sup> O termo Consenso de Washington tem origem num conjunto de regras básicas, identificadas pelo economista John Williamson em 1990, baseadas no pensamento político e opiniões que ele acreditava reunirem consenso amplo naquela época. O conjunto de medidas incluía: 1) disciplina fiscal; 2) redução dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) determinação de juros pelo mercado; 5) câmbio dependente igualmente do mercado; 6) liberalização do comércio; 7) eliminação de restrições para o investimento estrangeiro direto; 8) privatização das empresas estatais; 9) desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e do trabalho); 10) respeito e acesso regulamentado à propriedade intelectual. A referência a “consenso” significou que esta lista foi baseada num conjunto de ideias partilhadas, na época, pelos círculos de poder de Washington, incluindo o Congresso e a Administração dos Estados Unidos da América (Tesouro e Federal Reserve Bank), por um lado, e instituições internacionais com sede em Washington, tais como o FMI e o Banco Mundial, por outro, apoiados por uma série de grupos de reflexão e economistas influentes (Lopes, 2011, p. 4).

Exterior. Dessa forma, o MRE interferiu no projeto de política externa da administração Collor para introduzir elementos de autonomia no eixo central da agenda da política externa brasileira: sua relação com os Estados Unidos (Vigevani e Cepaluni, 2011, p. 79).

No segundo ano de governo, o canto de consonância com os países ricos e desenvolvidos, em especial os Estados Unidos, foram constrangidos por alguns fatores,<sup>50</sup> o que acabou ocasionando em um cenário onde o presidente envolvia-se cada vez menos na coordenação dos assuntos internacionais, abrindo espaço para uma atuação mais autônoma do MRE (Vigevani e Cepaluni, 2011, p. 76).

Durante a gestão Lafer, seguiu-se o perfil de reformas e foram realizadas duas alterações administrativas na estrutura do Itamaraty que auxiliaram Lafer na condução da política externa com um caráter de enfoque na defesa da soberania e promoção do desenvolvimento econômico e social do país em consonância com a ideia da autonomia pela participação, onde o país deveria desfrutar de um espaço maior para preservar sua soberania, e o país deveria tentar influenciar a agenda internacional com seus valores e tradição diplomática. O maior exemplo disto durante a gestão Lafer no governo Collor foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992. (Castro, 2009; Vigevani e Cepaluni, 2011)

## **5.2 Governo Itamar Franco: Gestão Cardoso (1992-1993) e Gestão Amorim (1993-1994)**

Com o impeachment de Collor, as mudanças iniciadas por Lafer foram continuadas na administração de Itamar Franco. Apesar da diminuição do discurso liberal, as mudanças iniciadas por Collor persistiram e o país continuavam buscando maior inserção internacional. O governo deu continuidade ao processo de integração regional, tendo o Mercosul como principal instrumento para unidade latino-americana (Castro, 2009; Vigevani e Cepaluni, 2011). Apesar da relação com os Estados Unidos, no governo Itamar Franco o Mercosul foi pensado para frear a “ofensiva dos Estados Unidos para uma área de livre comércio das Américas” (Vigevani e Cepaluni, 2011, p. 87).

Durante a gestão ministerial de Fernando Henrique Cardoso (FHC) no MRE, houve um aprofundamento na ideia da autonomia pela participação onde o Brasil teria de abandonar as ideias do nacionalismo autoritária e do desenvolvimento voltado para dentro e empenhar-se

---

<sup>50</sup> Ver Vigevani e Cepaluni, 2011, pp 75-6.



na inserção competitiva no mundo (Vigevani e Cepaluni, 2011, p. 19). No que se refere ao cenário internacional não houve eventos significativos, mas na política interna do Governo Itamar Franco, foram tomados importantes passos para a normalização do pagamento da dívida externa, mediante Acordos com Bancos Credores, com o Clube de Paris e com Governos estrangeiros (Casto, 2009, p. 156). Em seu tempo à frente da pasta, tinha preocupação com a questão administrativa unificando subsecretarias gerais e a criação de novas subsecretarias. Ainda em 1992, instala-se a “Comissão de Aperfeiçoamento da Organização e das práticas Administrativas” do Itamaraty que tinha o papel de supervisionar e coordenar projetos de assessoria técnica internacional a fim de melhorar as implementações de iniciativas de parcerias estratégicas com outros países (Castro, 2009).

Seu sucessor, Celso Amorim, essencialmente manteve e consolidou a estrutura herdada de FHC, tendo criado apenas o Conselho Diplomático, que era um órgão de caráter consultivo onde o Ministro solicita pareceres sobre temas de política externa e durante o final do governo de Itamar, foi assinado o Protocolo de Ouro Preto, previamente previsto no Tratado de Assunção, que elevou o Mercosul a uma área de livre comércio, a uma união alfandegária, em 1994. (Castro, 2009).

### **5.3 Governo Fernando Henrique Cardoso: Gestão Lampreia (1995-2001) e Segunda Gestão Lafer (2001-2002)**

De maneira geral, o governo FHC visou internalizar, absorver e consolidar as mudanças que a globalização trouxe para a sociedade internacional a partir dos anos 1990 superando as falhas do governo Collor e hesitações do governo Itamar (Vigevani e Cepaluni 2011). No discurso de posse do então Presidente FHC, ele destacou a orientação da política externa que eram de liberdade econômica, com preocupação social; Economia mais aberta à competição internacional; Defesa dos direitos humanos, do meio ambiente e da proteção das minorias; Combate à criminalidade e ao narcotráfico (Castro, 2009, p. 184).

E os objetivos dessa política externa eram a

Ampliação da base externa para estabilidade econômica interna, com o fim da retomada do desenvolvimento sustentável socialmente equitativo; mais acesso aos mercados pela melhoria da competitividade e maior produtividade; mais acesso aos mercados pela melhoria da competitividade e maior produtividade; maior participação do processo decisório regional e mundial, nos fóruns políticos e econômicos; Reforma da ONU; ampliação da assistência a brasileiros no exterior (Castro, 2009, p. 184).

Com isto

A mudança de paradigmas da política externa brasileira foi estimulada pela emergência de novas formas de estruturação da economia internacional, na fase chamada globalização. A partir de 1990, os eixos Norte-Sul e Leste-Oeste das relações internacionais, tais como configurados ao fim da Segunda Guerra Mundial, pareciam estar sendo substituídos por novas formas de estruturação da sociedade internacional. Essa estruturação emergiu a partir da agenda dos “novos temas” políticos, valorativos e econômicos, como meio ambiente, direitos humanos, minorias, populações indígenas e narcotráfico (Vigevani e Cepaluni 2011, p. 94-5).

Para o governo, a relação adequada com a agenda global – e em especial os Estados Unidos – era a principal premissa da política externa do governo de FHC, apoiada com a autonomia pela participação, que deveria ser alcançada através de uma agenda proativa, onde a política externa deveria contribuir para a resolução da agenda interna do desenvolvimento e crescimento com aspiração de uma posição forte na arena internacional (Vigevani e Cepaluni, 2011).

No que diz respeito à integração regional, segundo Vigevani e Cepaluni (2011), os oito anos de FHC foram de uma retórica pró-Mercosul na busca da consolidação do mesmo como União Alfandegária e, no horizonte, o mercado comum ao mesmo tempo que fortalecia as relações América do Sul.

Particularmente no segundo mandato do Fernando Henrique Cardoso, houve forte interesse em manter um consenso mínimo entre os parceiros do Mercosul, tendo em vista as negociações da Alca e, depois da reunião de Brasília de agosto de 2000, em buscar construir um espaço integrado da América do Sul. Para o governo Fernando Henrique Cardoso, duas realizações sinalizavam favoravelmente à consolidação política do Mercosul: a adesão conjunta da Argentina ao TNP, no contexto de um acordo com a AIEA, encerrando a fase em que o uso militar da energia nuclear permanecia uma incógnita nas relações bilaterais e como foco de preocupação na relação com outros países. [A] defesa da democracia nos episódios das crises institucionais do Paraguai em 1996, 1999 e 2001 [e] a inclusão da Cláusula Democrática no Mercosul, consolidada, como afirmamos, pelo protocolo de Ushuaia de 1998 (Vigevani e Cepaluni 2011, p. 112).

Para além dos aspectos institucionais, foi durante o governo FHC que ocorreu a primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília em 2000. Durante a reunião, houve um entendimento político a respeito do conceito de “eixos regionais de desenvolvimento”, que serviu de base para lançar a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) (Couto, 2014; Vigevani e Junior, 2014).

A IIRSA, por sua vez, foi operacionalizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela Corporação Andina de Fomento (CAF) que visava a coordenação nos objetivos e programas dos 12 governos da América do Sul no setor de

transportes, energético e das telecomunicações, incluindo aspectos econômicos, jurídicos, políticos e sociais (Couto, 2014; Vigevani e Junior, 2014).

Para comandar o MRE, FHC nomeou o diplomata de carreira, Luiz Felipe Lampreia, que conduziu o ministério durante 7 anos, renunciando no final por motivos pessoais. O contexto interno do país era de controle da inflação e estabilidade da moeda provenientes do Plano Real, bem como de simplificação da máquina estatal, através da privatização e reformas seguindo o programa de governo liberal. Outrossim, após 11 meses da sua posse, Lampreia realiza sua primeira reforma organizacional, que versou a respeito da estrutura institucional do Itamaraty e seu quadro de funcionários. De maneira geral, não houve mudanças significativas na estrutura institucional do MRE, mas sim uma série de aprovações de decretos a respeito da estrutura regimental (Castro, 2009).

Após a renúncia de Lampreia assume, novamente, Celso Lafer, que manteve a ênfase em uma estrutura administrativa que estivesse adaptada às demandas de política externa da época. Sendo assim, a estrutura do Itamaraty permaneceu a mesma, baseada em uma nova organização formulada por gestões anteriores e eficácia operacional (Castro, 2009).

## **6. INTEGRAÇÃO REGIONAL E AUTONOMIA PELA DIVERSIFICAÇÃO: TEORIA, REFERÊNCIAS E PRÁTICAS DO GOVERNO LULA (2003-2010)**

### **6.1 Teoria: A política externa do Partido dos Trabalhadores**

Jakobsen (2021) divide a política internacional do Partidos dos Trabalhadores em quatro momentos distintos. Em um primeiro momento em que os militantes do partido exerciam voluntarismo e solidariedade nas relações internacionais com grupos organizados de militantes, sindicalistas e intelectuais no exterior. Posteriormente, este movimentou evoluiu para a criação institucional da Secretária de Relações Internacionais (SRI) do partido, em 1984. No site<sup>51</sup> oficial do Partido, a Secretária de Relações Internacionais

Contribui para que o Partido dos Trabalhadores elabore e aplique uma política internacional compatível com as resoluções dos encontros e congressos do partido. A secretaria acompanha a situação global, mantém vínculos com instituições amigas e organizações partidárias internacionais, dá suporte a atividades de outras secretarias no exterior e ao funcionamento dos núcleos do PT fora do País (Partido dos Trabalhadores, 2024).

Com isto, os principais objetivos da SRI durante o início dos anos 80 estavam concentrados em promover o PT internacional estabelecer contatos com forças sociais e políticas no exterior e subsidiar as discussões da direção do Partido sobre os temas internacionais. No meio disto, Lula tornou-se um dirigente político conhecido, principalmente pelos seus resultados eleitorais durante o período. Para além disto, o partido – e posteriormente a SRI – faziam uma série de moções, declarações e notas de repúdio ou apoio sobre variados temas internacionais que iam da América do Sul ao Oriente Médio. Porém, tal estratégia mostrar-se-ia insuficiente para os novos acontecimentos do Sistema Internacional e para o próprio contexto brasileiro (Jakobsen, 2021).

Após a redemocratização brasileira com o final da Constituinte em 1988 e durante o início dos anos 90, o PT deparou-se com os novos paradigmas internacionais como a Queda do Muro de Berlim em 1988, a derrota eleitoral Sandinista de Daniel Ortega na Nicarágua, em 1990 e posteriormente, a dissolução de União Soviética, em 1991, trazendo o fim da Guerra Fria e a ascensão do neoliberalismo como modelo econômico, social e político no Sistema Internacional (Jakobsen, 2021). Neste contexto, cabe uma análise detalhe dos programas de

---

<sup>51</sup> <https://pt.org.br/>

governo no que diz respeito à política externa e integração regional do então candidato Lula da Silva.

Em 1989, quando Lula concorreu pela primeira vez à presidência pelo PT, o programa de governo do então candidato dava dois ênfases a política internacional, dividindo em política externa brasileira e integração regional. Sobre a política externa brasileira, os princípios do programa do PT em 89 eram os seguintes:

Política anti-imperialista: solidariedade irrestrita às lutas em defesa da autodeterminação e da soberania nacional e a todos os movimentos em favor dos trabalhadores pela democracia, pelo progresso social e pelo socialismo. - Política externa independente e soberana, sem alinhamentos automáticos. - Apoio a iniciativas sinceras, em defesa da paz e contra a corrida armamentista das grandes potências. - Princípio de autodeterminação dos povos e não ingerência em assuntos internos de outros países. - Estabelecimento de relações com governo de nações, em busca da cooperação à base de plena igualdade de direitos e benefícios mútuos. - Mobilizar esforços para que o país ocupe, no cenário internacional, posição compatível com sua real dimensão econômico-social, geográfica e cultural. - Buscar a implantação de uma nova ordem econômica mundial, que liquide as relações de subordinação e dependência da maior parte dos países em relação aos mais ricos. (Freixo et al., 2011, p. 41)

Já sobre integração regional, segue:

América Latina: política de integração econômica e cultural, viabilizar a criação de um Parlamento Latino-Americano (pela via das eleições diretas). - Amplo apoio aos povos da Nicarágua, El Salvador e a todas as iniciativas em favor da paz com soberania, na América Central e no Caribe. - Apoio ao Tratado de Tlatelolco e defesa da criação de zonas de paz na América Latina (Freixo et al., 2011 p. 45).

Durante a eleição de 1994, o PT demonstrou atenção aos novos temas presentes na agenda internacional, conforme evidenciado em sua proposta de programa de governo do candidato Lula no que concerne à política externa brasileira que foram:

Inserção soberana no mundo: defesa da autodeterminação, luta pela paz, respeito aos Direitos Humanos, preservação ambiental, profundas mudanças na ordem econômica internacional (FMI e Banco Mundial), democratização das Nações Unidas, com ampliação e reforma do Conselho de Segurança, pondo fim ao direito de veto. - Manter relações com todos os países do mundo. Caráter multilateral da PEB. - Contribuir para a mediação em conflitos que ameaçam a paz mundial. - Ênfase nos programas de cooperação cultural e científica na esfera Sul-Sul. - Rediscussão dos problemas relacionados com as dívidas externas dos países periféricos. - Discussão e ações concretas sobre problemas como a fome e a miséria no mundo. - Convocação de uma conferência internacional para discutir a situação do trabalho no mundo e medidas efetivas contra o desemprego. - Recuperação do MRE, cuja estrutura foi sucateada nos últimos anos. - Revisão da política de apoio à comunidade brasileira no exterior, especialmente aos que deixaram o país por razões econômicas, propiciando-lhes toda a proteção necessária. - Mapeamento e programa de retorno de cientistas, técnicos e artistas que deixaram o Brasil por falta de alternativas profissionais. (Freixo et al., 2011, p. 42)

No que tange à integração regional, as propostas foram as seguintes:

América Latina: área prioritária. Programas de integração em matéria econômica, social, política, educacional, científico-tecnológica e cultural. - O Mercado Comum do Sul (Mercosul) será privilegiado. Revisão do Tratado de Assunção. Incorporar as dimensões política (democratização do processo) e social (incorporação da Carta de Direitos Trabalhistas, elaborada pelas Centrais Sindicais dos quatro países). - Papel dos tratados de cooperação como o Mercosul: Campos para a articulação de políticas industriais e agrícolas, de cooperação tecnológica e científica, de colaboração no domínio político e cultural; Complementariedade e especialização produtiva e comercial/fortalecimento recíproco; Recusa a acordos que objetivem a liberação e a redução indiscriminada das taxações e barreiras tarifárias; Mecanismos compensatórios que permitam um desenvolvimento harmônico de países e regiões desigualmente desenvolvidos; Potencializar nossas capacidades econômicas e políticas para relações mais igualitárias, com o Nafta, UE, Japão e seus aliados. - Fortalecer e ampliar as competências do Parlatino. - Desempenhar papel ativo na solução de conflitos internos e entre países: Colômbia, Guatemala, Haiti e Panamá. - Lutar em todos os fóruns contra o bloqueio a Cuba e pela sua plena integração à comunidade latino-americana (Freixo et al., 2011, pp 45-6).

Na eleição de 1998, a última derrota antes da vitória de 2002, o programa de governo do candidato do PT sobre a política externa brasileira defendia os

Princípios da autodeterminação; desejo de convivência pacífica com todos os povos. - Atuação visando alterar as relações internacionais desiguais e injustas. - Fortalecer relações com países do Sul: América Latina, África meridional e de expressão portuguesa. - Política de paz e de busca de construção de uma ordem econômica internacional justa e democrática. - Luta pela reforma de organismos internacionais como a ONU, FMI, Bird, BID, OMC, hoje a serviço da hegemonia dos Estados Unidos. - Política mais ativa em relação à União Europeia (UE): aproveitar as contradições desta com os EUA. - Soberania nacional não se confunde com posição autárquica de fechamento para o mundo. Buscar alianças táticas e estratégicas capazes de alterar a correlação de forças atual, desfavorável aos países do Sul. Recusa da inexorabilidade da globalização (Freixo et al., 2011, p. 43).

Sobre integração regional a visão era a seguinte:

Ampliação e reforma no Mercosul: reforçar a capacidade de implementar políticas ativas comuns de desenvolvimento e solução dos graves problemas sociais da região. O Legislativo e a sociedade devem exercer maior controle sobre a política externa e os processos de integração regional. - Privilegiar relações com América Latina. - Reforma e ampliação do Mercosul com propostas de políticas comuns nas áreas industrial, agrícola, educacional e de ciência e tecnologia. - O Mercosul deve: combater a exclusão social, propor políticas de mais e melhores empregos e salários, proteger os pequenos e médios proprietários e democratizar suas instituições. - Empréstimo todo apoio a Cuba em sua luta contra o bloqueio econômico. - Articulação com China, Índia, Rússia e África do Sul (Freixo et al., 2011, pp 46-7).

Já no ano da vitória do candidato Lula, em 2002, o plano do governo para a política externa era de

Consolidar vocação multilateral do comércio exterior: diversificação de mercados, desconcentração e diversificação do setor exportador, alianças com empresas estrangeiras para re-substituição de importações. - Utilizar o peso internacional do Brasil para mobilizar e articular partidos, governos e forças políticas que lutam por

sua identidade e autonomia. - A instabilidade econômica tem retirado legitimidade do projeto neoliberal. Combinar defesa da soberania com luta por uma ordem internacional radicalmente distinta. - A soberania nacional deve ser associada estreitamente com soberania popular e com solidariedade internacional entre os povos oprimidos pelo imperialismo. - Valorizar o Fórum Social Mundial (FSM); defesa da taxa Tobin; constituição de um fundo internacional de combate à pobreza; fim dos paraísos fiscais; criação de novos mecanismos de controle do fluxo internacional de capitais; estabelecimento de mecanismos de autodefesa contra o capital especulativo; cancelamento das dívidas externas dos países pobres; auditoria e renegociação das dívidas públicas externas dos demais países do “Terceiro Mundo”. - Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento. - Criar uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República. (Freixo et al, 2011, p. 44)

No âmbito da integração regional, o plano em 2002 era de

Fortalecimento e ampliação do Mercosul, retomada da verdadeira integração latino-americana; - ALCA: projeto de anexação política e econômica da América Latina aos EUA. Alvo principal: Brasil. Rechaçar essa proposta, tal como está sendo apresentada, é requisito essencial para viabilizar o objetivo de redução de nossa dependência e vulnerabilidade externas. - Aprofundar e aperfeiçoar as relações comerciais bilaterais com os EUA o mais importante parceiro individual do Brasil no comércio mundial. (Freixo et al., 2011, p. 47)

Por fim, Lula é eleito em 2002 e, segundo Almeida (2007), a chegada de Lula e do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República em janeiro de 2003, proporcionou várias mudanças no panorama social, econômico e político do país. Junto de Lula, uma série de quadros internos do PT também chegaram ao governo (Jakobsen, 2021). Ao assumirem o Palácio do Planalto, depararam-se com um desafio típico da combinação entre um sistema partidário fragmentado e o regime presidencialista: a necessidade de formar alianças para governar, caracterizando o chamado 'presidencialismo de coalizão' (Amaral, 2010). O termo proposto por Abranches (1988) em resumo, sugere que o presidencialismo de coalizão é composto da independência entre os poderes, com uma tendência à hegemonia do Executivo e a organização do corpo ministerial de coalizões multipartidárias.

## 6.2 Referências: Integração Regional na perspectiva do Foro de São Paulo

Diante dos novos desafios, o PT intensificou os diálogos dos dirigentes das relações internacionais no exterior e dentro do Brasil. No âmbito interno, os contatos institucionais estavam no concentravam-se no Poder Legislativo e no Itamaraty.<sup>52</sup> Ainda sobre a perspectiva de crise do socialismo internacional, o PT tomou iniciativa, em 1990, de organizar um encontro

---

<sup>52</sup> Quanto às relações com o Ministério de Relações Exteriores (MRE), havia interlocuções de dirigentes do PT, sobretudo do secretário Marco Aurélio Garcia, com diplomatas de carreira, como Ítalo Zappa, José Viegas Filho, Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães, entre outros. (Jakobsen, 2021, p. 56)

para analisar e promover um balanço da situação mundial e das experiências regionais da América Latina e do Caribe, o Foro de São Paulo (Jakobsen, 2021).

Segundo Pomar (2012), o Foro de São Paulo é um espaço de debate e articulação dos leques de partidos que integram o Foro e que, além das relações internacionais mantida pelo PT, o Foro de São Paulo estimulou o leque de relações bilaterais e multilaterais do partido. O Foro, por sua vez, seria instrumento importante para os próximos anos de formulação de política externa petista e, conseqüentemente, para os governos Lula de 2003 a 2010.

Analisando as atas finais do Foro de São Paulo, é possível verificar que a integração latino-americana era relevante e objeto de discussão dos partidos-membros. Desta forma, a ênfase na integração latino-americana e caribenha, presente desde 1990 nas resoluções, torna-se uma “bandeira” do Foro de São Paulo. (Melo, 2016, p. 91).

Durante o primeiro encontro do Foro, em São Paulo, uma proposta de integração é comentada em contrapartida da integração proposta pelo então governo Bush que, segundo o Foro era uma forma de canalizar as relações de dominação dos EUA com a América Latina e o Caribe (Foro de São Paulo, 2013, p.13). O documento segue, exprimindo uma proposta geral de integração.

Mas também definimos aqui, em contraposição com a proposta de integração sob o domínio imperialista [...] Nossa proposta passa pela reafirmação da soberania e autodeterminação da América Latina e das nossas nações, pela plena recuperação da nossa identidade cultural e histórica e pelo impulso à solidariedade internacionalista dos nossos povos. Ela supõe defender o patrimônio latino-americano, pôr fim à fuga e exportação de capitais do subcontinente, encarar conjunta e unitariamente o flagelo da impagável dívida externa, e adotar políticas econômicas em benefício das maiorias, capazes de combater a situação de miséria em que vivem milhões de latino-americanos. Ela exige, finalmente, um compromisso ativo com a vigência dos direitos humanos e com a democracia e a soberania popular como valores estratégicos, colocando as forças de esquerda, socialistas e progressistas frente aos desafios de renovar constantemente o seu pensamento e a sua ação (Foro de São Paulo, 2013, pp 14-15).

Paralelamente aos encontros do Foro de São Paulo, o chamado Grupo de Trabalho, reúne-se para definir os temas e assuntos tratados durante os foros. Em diversas ocasiões o Grupo de Trabalho realizou seminários a respeito do tema da integração, como foi o caso do primeiro encontro do Grupo de Trabalho, em fevereiro de 1992, que tratava a respeito de projetos alternativos de integração para a região (Foro de São Paulo, 2013).

Segundo a ata final do encontro de 1992 na Nicarágua, os participantes do encontro consideravam os seminários-oficinas puderam continuar o cumprimento com o seu objetivo de



analisar as experiências de desenvolvimento e integração econômica latino-americana (Foro de São Paulo, 2013, p. 30).

Para o Foro de São Paulo, o processo de integração deve ser

Fundado na solidariedade entre os povos: uma integração “de baixo para cima”, que favoreça a conformação de redes de intercâmbio, de coordenação e complementação de políticas produtivas, financeiras e sociais a partir das quais um processo de desenvolvimento e integração regional possa avançar (Foro de São Paulo, 2013, p. 34).

Segundo o Foro, a “integração alternativa” deve incluir uma série de componentes para responder as reivindicações dos diversos grupos da sociedade e ir além da perspectiva comercial.

Essa integração alternativa deve incluir um componente cultural capaz de responder às reivindicações próprias de diversos grupos da sociedade: trabalhadores urbanos e rurais, desempregados, camponeses, mulheres, povos indígenas, etnias, religiosos, pequenos e médios empresários e todas as forças econômicas que ponham o interesse nacional acima dos interesses particulares. [...] Um projeto alternativo de integração deve ir além do contorno meramente comercial liberalizador, que tende a incrementar a vulnerabilidade das nossas economias e a dependência em relação ao capital transnacional. Deve ter como objetivo de curto, médio e longo prazo, uma integração social, política e econômica e uma articulação dinâmica de culturas, para alcançar um desenvolvimento econômico e social justo (Foro de São Paulo, 2013, p. 34-5).

No encontro de 1993, em Cuba, o Foro de São Paulo definiu como a integração na América Latina e no Caribe deveria ocorrer

A integração deve ocorrer, em primeiro lugar, no interior da América Latina e no Caribe, como um processo político e econômico que nos articule como um bloco político e que nos potencialize no sentido de complementar e compensar as diferenças das nossas economias. Somente uma comunidade latino-americana e caribenha de nações, econômica e politicamente integrada, terá força para se recolocar, com independência, num mundo hoje controlado pelos grandes blocos econômicos e suas políticas adversas aos interesses dos nossos povos. [...] A integração deve comportar atividades produtivas, articulações políticas e objetivos sociais visualizados numa perspectiva continental. Por isso, é preciso e viável, ademais, fomentar a pesquisa científica e tecnológica comum, compartilhando os recursos humanos e naturais, oferecendo acesso aos avanços das nossas universidades e centros de pesquisa (Foro de São Paulo, 2013, pp 48-9).

Já em 1995, no Uruguai, o Foro desenvolveu ainda mais sua ideia de integração regional. Segundo as atas finais do Foro de São Paulo (2013) sem integração social e econômica não seria possível sustentar um projeto de integração regional.

Aspiramos a que a integração latino-americana e caribenha não se limite a uma liberalização comercial e de investimentos. Concebemos o objetivo último da integração como o desenvolvimento conjunto e complementar dos setores produtivos e de serviços entre os diferentes países da região, para não sofrermos as consequências do mercado mundial dirigido pelas transnacionais. O desenvolvimento não pode ser conduzido pelo mercado. Um conceito integral desse processo supõe a integração de

todos os membros da sociedade e dos fatores produtivos nacionais e regionais. [...] A integração regional deve preservar um espaço indígena e de outros grupos étnicos raciais e culturais que compõem o rico leque da nossa especificidade e identidade continental (Foro de São Paulo, 2013, p. 56).

O encontro de 1998, realizado no México, o Foro de São Paulo (2013) colocou a integração dos países da América Latina e Caribe como a única alternativa de contra restar as iniciativas de integração propostas pelos EUA. A integração regional, por sua vez, deveria estar a serviço dos interesses do povo, que se sustentem em uma estratégia de poder funcional aos interesses das grandes maiorias nacionais que nos permita acumular forças na direção de mudanças profundas (Foro de São Paulo, 2013, p. 81).

Já durante o encontro de 2001, em Cuba, o Foro deu mais substancialidade ao seu projeto alternativo de integração que, segundo o Foro, deve possuir duas condições essenciais: a prioridade de objetivos sociais em oposição à condição de elementos residuais à qual foram relegados pelas políticas neoliberais e a recuperação de espaços de soberania econômica e políticas nas relações com os países centrais e os núcleos de decisão da economia global (Foro de São Paulo, 2013, p. 109).

A partir de tais condições, o Foro sustenta que a integração regional deve servir de forma para inserção na economia mundial e que deve possuir mecanismos que enfrentem desigualdades entre os países; entre diferentes grupos sociais, promover a equidade de gênero, reconhecimento da identidade e dos direitos dos povos indígenas, dar atenção à cooperação produtiva e tecnologia e fortalecer a independência monetária (Foro de São Paulo, 2013).

Na mesma ata final do encontro de Cuba, o Foro afirma seu projeto de integração que deve ser

[...] Com forte participação do Estado e controle do mundo do trabalho, que permita projetos comuns que apontem a novas formas de produção e propriedade, assim como a uma distribuição equitativa da riqueza. Propomos a criação de bancos interestatais de desenvolvimento, projetos energéticos conjuntos e pactos de produtores que favoreçam a industrialização de produtos agrícolas e minérios em escala global. Trata se de uma integração horizontal, respeitosa das dimensões regionais e capaz de ser impulsionada com ações de luta comuns em cada sub-região e entre elas. Sustentamos que todo projeto regional que envolva nossos países deverá ser amplamente informado, discutido e avalizado previa mente pela cidadania, pelos povos indígenas em suas próprias for, mas de discussão e pelos setores sociais e forças políticas de cada país. [...] Nenhum projeto de desenvolvimento e integração é viável em nossa região sem remover o obstáculo interposto pela dívida externa, motivo pelo qual este Foro se pronunciou pela criação de um Pacto de Devedores que defenda o direito de cada país de negociar ou não pagar a dívida externa ilegítima e fraudulenta (Foro de São Paulo, 2013, p 111-12).

Já em 2002, após a vitória de Lula <sup>53</sup> nas eleições do mesmo ano, o Foro de São Paulo afirmou que era necessário aproveitar a conjuntura para reafirmar e aprofundar a integração da região e voltou a defender uma alternativa à ALCA. Neste sentido, o Foro defendeu que a alternativa de resistência aos processos do Estados Unidos fosse de avanços e mudanças nos processos já em curso, como o Mercosul, Comunidade Andina de Nações, a integração centro-americana e o Mercado Comum e Comunidade do Caribe (CARICOM) (Foro de São Paulo, 2013).

Com Lula à frente da Presidência do Brasil, o Foro de São Paulo realizou um ato político de celebração dos 15 anos do Foro na cidade de São Paulo em 02 de julho de 2005, onde Lula esteve presente e fez um discurso oficial. Neste discurso, Lula destacou que

Foi assim que nós pudemos atuar junto a outros países com os nossos companheiros do movimento social, dos partidos daqueles países, do movimento sindical, sempre utilizando a relação construída no Foro de São Paulo para que pudéssemos conversar sem que parecesse e sem que as pessoas entendessem qualquer interferência política. Foi assim que surgiu a nossa convicção de que era preciso fazer com que a integração da América Latina deixasse de ser um discurso feito por todos aqueles que, em algum momento, se candidataram a alguma coisa, para se tornar uma política concreta e real de ação dos governantes. Foi assim que nós assistimos a evolução política no nosso continente [...] Era um continente marcado por golpes militares, era um continente marcado por ausência de democracia. E hoje nós somos um continente em que a esquerda deu, definitivamente, um passo extraordinário para apostar que é plenamente possível, pela via democrática, chegar ao poder e exercer esse poder. (Brasil..., 2005)

Durante o decorrer do restante do discurso, o Presidente Lula enfatiza a importância do Foro de São Paulo para a consolidação a Esquerda e da democracia no continente latino-americana. Além disso, destaca a solidariedade e cooperação internacional entre os partidos, movimentos e chefes de governos ligados ao Foro de São Paulo (Brasil..., 2005).

---

<sup>53</sup> Sobre a vitória do Presidente Lula em 2002, o Foro afirma: A reunião foi realizada sob o impacto do triunfo do povo brasileiro, que consagrou Lula Presidente com mais de 52 milhões de votos, expressão do amplo apoio de forças de esquerda, progressistas e democráticas. A conquista do governo no maior país do continente reafirma a validade de uma política de alianças de máxima amplitude e profundidade, conformada em torno do Partido dos Trabalhadores, com seu programa de transformações sociais. Assinalamos com satisfação que a maior parte dos partidos integrantes da aliança têm ativa participação no Foro de São Paulo desde sua origem. Lula Presidente significa um ponto de inflexão no continente e insufla um poderoso ânimo em todos os que lutam pela democracia no plano político, econômico e social (Foro de São Paulo, 2013, p. 114).

### **6.3 Prática: Integração Regional e Diversificação durante os Governos Lula (2003-2010)**

#### 6.3.1 Perspectivas gerais do governo Lula (2003-2010)

Nomeou um diplomata de carreira para o MRE, Celso Amorim. Sob a chefia de Celso Amorim, o Itamaraty buscou traços<sup>54</sup> definidores do cenário internacional e, partir deles, o MRE atuou com base nos princípios tradicionais a diplomacia brasileira e promoveu uma série de reuniões interministeriais com outros órgãos públicos nas áreas de tecnologia, economia e cultural e a Fundação Alexandre de Gusmão, realizou diversos seminários sobre variados temas, o que estimulou o diálogo com a sociedade civil (Castro, 2009).

A sua primeira – de três ao longo da chefia na pasta – reforma da estrutura regimental deu-se 5 meses após a posse, em 2003, onde focou na Secretaria Geral de Relações Exteriores, a fim de aperfeiçoá-la no planejamento e implementação da política externa do Governo Lula e adaptar o Itamaraty às transformações nos cenários interno, regional e internacional (Castro, 2011, p. 288)

Neste novo quadro organizacional, concretizou-se a criação da subsecretaria-geral da América do Sul, onde integram-se o Departamento da América do Sul e o Departamento de Integração, indicando prioridade na política externa para a região (Castro, 2009). Segundo Amorim (2010) a integração sul-americana era a principal prioridade da política externa brasileira durante o governo.

No governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, a receita liberal da década de 90 ganhou estabilidade proveniente do Plano Real e passou a ocupar parte central da agenda política do governo Cardoso. Houve flexibilidade fiscal, o que permitiu que o governo

---

<sup>54</sup> São eles, os seguintes: Após os atentados terroristas de 11 de setembro, a natureza do sistema internacional tendia ao “uni-multipolar”. No campo militar, as iniciativas de cunho unilateral dos Estados Unidos que empreendiam uma guerra contra o terrorismo internacional evidenciaram o unipolarismo. Nas relações econômicas internacionais, entretanto, predominava o multipolarismo com três grandes espaços geoeconômicos: a Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), a União Europeia (EU) e a região China-Japão-Sudeste Asiático. Dessa circunstância ambígua da natureza do sistema mundial redundou a possibilidade de Washington poder dar prioridades às questões de segurança nacional em detrimento de assuntos ligados a desenvolvimento e temas globais (meio ambiente, direitos humanos, desarmamento, não-proliferação de armas de destruição em massa) na agenda global; O processo de globalização se apoiava principalmente em duas lógicas. A primeira a da interdependência crescente das estruturas produtivas que transcendia as fronteiras políticas. A outra, no plano das ideias, assentava-se na universalização de padrões culturais ocidentais e de conceitos como democracia e livre mercado, ou simplesmente democracia de mercado; desse processo derivavam duas reações possíveis. Uma, na área econômica com o recrudescimento do protecionismo e a emergência dos movimentos nacional-populistas. A outra pode ser verificada no surgimento do fundamentalismo (Castro, 2009, pp 262-3).

implementasse uma série de políticas públicas tais como Programa Bolsa Escola, Programa Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás. Também houve perda da capacidade de intervenção do Estado no campo econômico devido aos programas de desestatização, porém o governo guinou para adoção do modelo de agências reguladoras (Sallum e Goulart, 2016).

Durante o governo Lula, o liberalismo perdeu folego das reformas, bem como interrompeu os processos de privatizações, dando maior enfoque na presença estatal na vida social, como proteção às empresas – principalmente pequenas – de capital nacional, melhor distribuição de renda e proteção aos mais pobres (Sallum e Goulart, 2016).

Segundo Fagnani (2011), no início do primeiro mandato de Lula, os dados econômicos eram de alta da inflação e de taxas de juros, somados as desconfianças ao PT, esperava-se que a ortodoxia econômica fosse mantida. Todavia, seguiu-se a mesma orientação econômica da era FHC, com uma manutenção da política econômica ortodoxa, com elevados superávits primários e taxas de juros, assim como a ampliação da autonomia do Banco Central, marcaram uma posição de continuidade com ajustes pró-mercado do período FHC (Amaral, 2010, p. 119).

Já durante o segundo mandato, o governo adotou uma postura de crescimento e desenvolvimento com base no Estado, principalmente através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) somando a Crise de 2008, houve um ambiente favorável para aprofundar as políticas sociais iniciadas no primeiro mandato, tais como o Bolsa Família, que foi a unificação de todos os antigos programas de transferência de renda criados por FHC (Fagnani, 2011).

Seguindo o mote de “mudança” presente no discurso de posse, o governo Lula realizou ajustes e mudanças de programa, inclusive de cunho ideológico, em sua política externa (Vigevani, 2011, p. 148). A política externa passou a ir além da trajetória tradicional para abranger temas sociais, maior cooperação com os países sul-americanos e a chamada cooperação Sul-Sul.

Uma dessas mudanças ideológicas, foi a decisão de fortalecer o posto da Assessor da Presidência para Assuntos Internacionais nomeando um dos quadros intelectuais do PT, seu secretário de relações internacionais durante os anos 90 e responsável pela construção da política internacional do PT, Marco Aurélio Garcia. (Vigevani e Cepaluni, 2011; Freixo et al, 2014).

Apesar da nomeação, não havia disputa entre a chancelaria e a assessoria. Desta forma, a nomeação de Amorim para a chancelaria, pode ser classificada como forma e não radicalizar a política externa brasileira. Enquanto Amorim cuidava de aspectos técnicos das relações exteriores, Garcia era responsável pelas questões ideológicas que permeavam o presidente (Vigevani e Cepaluni, 2011; Jakobsen, 2021).

Amorim (2010) classificou a política externa praticada nos governos Lula como ativa e altiva, referindo-se a nova posição brasileira no mundo durante os termos do presidente, bem como da liderança global na participação em foros internacionais e pelo seu manejo com a América do Sul.

As mudanças na política externa do governo Lula, segundo Vigevani e Cepaluni (2011), foram pautadas nas seguintes diretrizes:

[Em 2003-2006] (1) contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, na tentativa de atenuar o unilateralismo; (2) fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; (3) aprofundar relações diplomáticas para aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico e cultural; (4) evitar acordos que pudessem comprometer o desenvolvimento em longo prazo. [Em 2006-2010] (1) intensificação das relações com países emergentes, como Índia, China, Rússia e África do Sul; (2) ação destacada do país na Rodada Doha da OMC, assim como em algumas outras negociações internacionais; (3) manutenção de relações amigáveis e maior desenvolvimento das relações econômicas com os países ricos, inclusive com os Estados Unidos; (4) retomada e estreitamento das relações com os países africanos; (5) campanha pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com o objetivo de conseguir uma vaga de membro permanente para o Brasil; (6) defesa de objetivos sociais que permitiriam maior equilíbrio entre Estados e populações; (7) ativa participação em organizações internacionais e fóruns multilaterais que discutiam governança global (Vigevani e Cepaluni, 2011, pp 137-8).

Os autores argumentam, então, que o primeiro governo Lula foi marcado pela autonomia pela diversificação, sendo o seu segundo termo o aprofundamento desta perspectiva, devido o adensamento das relações Sul-Sul, bem como a integração entre os países da América do Sul e da participação do Brasil nos fóruns mundiais buscando soluções multilaterais (Vigevani e Cepaluni, 2011).

Segundo os autores, a participação do Brasil na Missão Especial das Nações Unidas para A Estabilização do Haiti (Minustah) em 2004, exemplifica a autonomia pela diversificação onde ela não implica apenas na busca alternativa das relações com outros Estados, mas na capacidade de intervenção em questões que não dizem respeito ao país e não são de interesse imediato (Vigevani e Cepaluni, 2011).

### 6.3.2 Integração Regional e Diversificação: Prática

Segundo o ex-Chanceler Amorim a integração sul-americana era a principal prioridade da política externa brasileira durante os mandatos do Presidente Lula. O presidente participou ativamente das negociações da integração sul-americana, de modo que recebeu e visitou todos os países da região durante seus dois mandatos, devido à proximidade ideológicas dos vizinhos chefes de Estado (Amorim 2010; Almeida 2011).

Ainda sobre a perspectiva de Amorim (2010), a integração regional durante os governos Lula foi realizada por meio de instituições. Há consenso entre os autores (Vázquez e Ruiz, 2009; Almeida, 2010; Couto, 2010; Vigevani e Cepaluni, 2011; Santos, 2014; Vigevani, Júnior, 2014) que a partir do relançamento do Mercosul no início do primeiro governo Lula, o Mercosul passou a uma abrangência política, social e cultural, além da economia do comércio. Para além das novas pautas do Mercosul, outro projeto brasileiro de integração, a União das Nações Sul-Americanas, foi criada como tentativa de *locus* de correspondência entre os diversos processos de integração da América do Sul, visualizando sua integração de forma econômica, política e física (Prado, 2012).

### 6.3.3 Integração Regional: MERCOSUL

O relançamento do bloco durante o governo de Lula da Silva começou por ocasião da reunião com o então Presidente argentino, Eduardo Duhalde, em 2003. Porém, foi em junho de 2003 com Néstor Kirchner eleito Presidente do país que foram estabelecidos os mecanismos para este relançamento. Da reunião com Kirchner, resultou o Documento de Brasília, que reiterou que a aliança entre os países é fundamental para o processo de integração (Vázquez e Ruiz, 2009). Pela perspectiva de Santos (2014) o governo Lula deu novo impulso à integração, tornando necessário a criação de uma nova institucionalidade correspondente

Nesse sentido, o resgate dos produtos da criatividade regional - isto é, seus produtos culturais expressos na literatura, música, poesia, artes plásticas e ciências - têm como objetivo principal referendar a importância da contribuição da América Latina e Caribe para a cultura universal [...] pautado em fortes laços de identidade com potencial de produzir projetos que promovam o alargamento da consciência nacional de pertença (Santos, 2014, pp 9-10).

Já durante a Cúpula do Mercosul realizada no mesmo ano, aprovou-se o Programa para a Consolidação da União Aduaneira e o Lançamento do Mercado Comum que deu início ao aprofundamento do Mercosul. Tal programa tinha quatro eixos principais; um programa

político social e cultural, um programa para União Aduaneira, um programa de base pró-mercado comum e um programa para a nova integração (Vázquez e Ruiz, 2009).

Sendo assim, em dezembro de 2003, o Conselho do Mercado Comum adotou o Programa de Trabalho (2004-2006), que deu início a uma nova agenda de integração. Segundo Vázquez e Ruiz (p. 38, 2009) o documento pode ser dividido da seguinte forma:

Na primeira parte do documento, encontram-se medidas destinadas ao aperfeiçoamento da zona de livre comércio e união aduaneira. [...] A segunda parte anuncia, dentre outras coisas, a disposição de estimular a participação da sociedade civil no processo de integração, dar visibilidade à dimensão cultural desse processo e estabelecer medidas que sejam a favor da livre circulação de pessoas. Na terceira parte propõe-se a criação do Parlamento do Mercosul, [...] finalmente, na nova agenda da integração destaca-se a cooperação em matéria de ciência e tecnologia e a integração física e energética.

Parte deste esforço realizado pelo Programa de Trabalho (2004-2006), pretendia resolver a questão das assimetrias entre os Estados levando a criação do Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), em 2006. No que diz respeito à ampliação da participação das organizações da sociedade civil, destaca-se a Iniciativa Somos Mercosul, apresentada pelo Uruguai em 2005, que visava ampliar e fortalecer espaços de cidadania no Bloco. Nesse mesmo sentido, em 2006, a Argentina inaugurou as Cúpulas Sociais do Mercosul, que permanecem até os dias de hoje. Em um terceiro momento, o Parlamento do Mercosul foi instalado e deu início às suas atividades (Vázquez e Ruiz, 2009)

O Brasil assumiu a presidência pro-tempore do Mercosul em duas ocasiões em 2004 e depois em 2006, onde o país possuía objetivos claros da consolidação do Mercosul Político que se materializaram no FOCEM e no Parlamento do Mercosul (Prado, 2014). O FOCEM, por sua vez, tinha como objetivo financiar programas que promovam a convergência estrutural os países membros, desenvolver a competitividade, aprofundar a coesão social e fortalecer a estrutura institucional e o processo de integração regional do Mercosul, bem como a diminuição da pobreza e das disparidades econômicas entre os países membros. Já o Parlamento do Mercosul, essencialmente, tem como principal objetivo atender as demandas jurídicas dos países, a fim de que os membros não tenham de recorrer para outras instâncias internacionais (Santos, 2008; Amorim, 2010; Prado, 2014).

Portanto, na visão de Prado (2014), tanto o FOCEM quanto o Parlamento do Mercosul são iniciativas do governo brasileiro para revitalizar o bloco através de um viés político, deixando o Brasil em situação para ser o principal país do Mercosul.



Além dessas instituições, em 2007, foi criado o Instituto Social do Mercosul (ISM) como uma área técnica de investigação no campo das políticas sociais do bloco e tem o propósito central de promover e gerar ações que façam o Mercosul um espaço inclusivo, com equidade e de igualdade (Gazzola, 2023).

No mesmo ano de 2007, ocorreu o Encontro de Governadores da Frente Norte do Mercosul, no Pará, na cidade de Belém, em 6 de dezembro. Neste encontro, Lula proferiu um discurso de encerramento onde atribuiu, novamente, cita diretamente o Foro de São Paulo como instrumento da organização das esquerdas do continente durante décadas.

Nós fizemos uma pequena revolução democrática na América do Sul e na América Latina. Eu, por exemplo, conheci o (Fidel) em um encontro que fizemos em Cuba. Tinha acabado de ser preso por conta do golpe e acabado de ser liberado. Conheci o Chávez em um encontro do Foro de São Paulo, como conheci também o Daniel Ortega, como conheci tantos companheiros da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Paraguai, da Bolívia, do Equador, da Venezuela, da Colômbia. Qual é a mudança que houve nesses 18 anos? Olhem o mapa da América do Sul hoje. O que aconteceu na América do Sul é um fenômeno político que, possivelmente, os sociólogos levarão um tempo para compreender por que aconteceu tão rápido a mudança que houve, uma mudança extremamente importante (Brasil..., 2007).

Desta forma, Lula atribui ao Foro de São Paulo o papel da promoção de estratégias democráticas que viabilizaram a ascensão de líderes de esquerda na América Latina, ao mesmo tempo que serviu de plataforma comunicativa e de alianças políticas entre figuras na região (Brasil..., 2007)

#### 6.3.4 Integração Regional: UNASUL

O projeto da Comunidade Sul-Americana das Nações (CASA) foi apresentado em 2004, pelo Brasil, por ocasião da terceira reunião dos Presidentes e Chefes de Governo da América do Sul. De uma perspectiva geral, a reunião e a Declaração subsequente trataram de projetos de ordem econômica, desenvolvimento das regiões e instrumentos capazes de agrupar os projetos de integração já em curso na região (Couto, 2010; Prado, 2014).

Em 2005, na capital Brasília, a primeira reunião dos Presidentes e Chefes de Governo dos países da CASA tratou sobre uma agenda da entidade que variava da integração física a telecomunicações. No ano seguinte, na Bolívia, os Presidentes e Chefes de Governo reuniram-se pela primeira vez junto da sociedade civil para discutir a institucionalidade da CASA,

aprofundamento da coordenação política, integração regional da infraestrutura energética e produtiva, bem como o desenvolvimento social (Couto, 2010).

Visando a institucionalidade da entidade, decidiu-se pela periodicidade das reuniões do Chefes de Governos e Presidentes, bem como uma Comissão de Altos Funcionários, responsável por acompanhar os desenvolvimentos dos trabalhos da CASA, criou-se também dois grupos de trabalho, um no âmbito da IIRSA para tratar sobre infraestrutura e de outro com apoio da Corporação Andina de Fomento (CAF), para financiamento e fomento para a região. Em 2007, na Colômbia, realizou-se a terceira reunião dos Presidentes no âmbito da CASA, bem como a primeira Cúpula Energética Sul-Americana, na República Bolivariana da Venezuela, ambas reuniões sendo reflexos dos Grupos de Trabalho (Couto, 2010).

Finalmente, em 2008, reunidos em Brasília, os presidentes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, assinaram o tratado da CASA, que por sugestão de Hugo Chávez, passou a se chamar União de Nações Sul-Americanas (Prado, 2014). Com isso, criaram-se as condições para que a instituição tivesse personalidade jurídica própria, um ator político reconhecido no cenário internacional (Couto, p. 37, 2010). O Tratado da UNASUL define o seu objetivo como

Construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados (Unasul, 2008).

Segundo Celso Amorim (2010), este estágio da integração regional possui uma clara dimensão política, uma vez que todos os países estão juntos sob o mesmo guarda-chuva institucional. No âmbito da UNASUL, várias comissões foram estabelecidas, tais como os Conselhos de Saúde, Infraestrutura e Controle de Defesa contra as Drogas. Além disso, em 2010, a IIRSA foi absorvida pela UNASUL e tornou-se órgão técnico do Conselho de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) passando a receber diretrizes políticas dos governos membros da Unasul (Vigevani e Junior, 2014).

Desta forma, segundo Vigevani e Junior (2014), a Unasul, diferentemente do Mercosul, surge em um contexto de diversidade na região. Portanto, a Unasul visa a interlocução entre os diferentes projetos integracionistas, mas descarta a proposta de um mercado comum.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto ao longo deste trabalho e em relação à pergunta inicial sobre as diferenças das políticas de integração regional durante os governos Lula (2003-2010) em relação aos governos anteriores da Nova República, pode-se concluir que a hipótese inicial de que a integração regional promovida durante o período de análise diferencia-se substancialmente devido às influências do Foro de São Paulo e do Partido dos Trabalhadores é verdadeira. Essa afirmação torna-se clara ao longo da análise dos documentos produzidos pelo Foro de São Paulo, os agradecimentos de Lula da Silva em discursos oficiais e a convergência das propostas nos programas de governo nas suas três candidaturas antes da vitória eleitoral em 2002.

Também podemos dizer que o trabalho logrou êxito em relação aos objetivos específicos de (a) pesquisar a relevância do Foro de São Paulo na formulação de políticas comuns para os países latino-americanos, (b) expor as diferenças fundamentais entre as autonomias dos diferentes governos que compõem a Nova República de 1990 até 2002 e (c) revisar a bibliografia sobre integração regional e o contexto brasileiro. Acerca do primeiro ponto, a extensão discussão sobre a gênese do Foro de São Paulo e de seu desenvolvimento institucional ilustram a capacidade do foro não apenas de formular, mas de influenciar as políticas dos países-membros. Em relação ao ponto (b), as diferentes autonomias formuladas por Vigevani e Cepaluni (2011) também foram discutidas e diferenciadas de forma exitosa. Por fim, caracteriza-se também o ponto (c) como bem-sucedido, uma vez que a discussão acerca da integração regional foi realizada e de que o contexto brasileiro sobre a integração foi tratado no início desta monografia através dos antecedentes até culminar na análise feita acerca da criação do Mercosul.

O Partido dos Trabalhadores, como demonstrado ao longo do trabalho, fez uma série de mudanças no panorama da política externa brasileira, exercendo especialmente influência na questão da integração regional pautada pela cooperação mútua entre os países de esquerda da região e da resistência a influências dos Estados Unidos e países da Europa. Para além disso, ao decorrer da pesquisa verificou-se que o Partido dos Trabalhadores além de ser um dos membros fundadores do Foro de São Paulo, também foi o partido central do Foro por muitos anos, como evidenciado ao encontrarmos documentos que retratam o Partido dos Trabalhadores como presidente da Comissão Organizadora, posteriormente do Grupo de Trabalho do Foro e formulador de muitos seminários sobre variados temas.

Segundo Carvalho (2022), o Foro de São Paulo é uma entidade *sui generis*. Desde sua criação em 1990, advogou pela causa da integração regional dos países da região da América Latina. O Foro, por diversas vezes, defendeu uma ideia de integração regional alternativa aos diversos projetos que estavam em curso à época, defendendo que a integração regional não deveria ser guiada exclusivamente por interesses econômicos, mas também por objetivos sociais e políticos que favorecessem uma autonomia coletiva da América Latina e Caribe. Desta forma, podemos caracterizar o Foro de São Paulo como uma plataforma que influenciou diretamente a política externa do governo Lula, demonstrando uma convergência significativa entre os objetivos do PT e das resoluções finais dos encontros do Foro (Toledo, 2015; Urquidi et al, 2019; Carvalho, 2022). Esses princípios e objetivos foram progressivamente incorporados nas políticas externas do governo Lula, que buscou não apenas fortalecer o Mercosul e torná-lo mais político, mas também impulsionar a criação de novos mecanismos de cooperação regional, como a UNASUL.

As conclusões aqui apresentadas não apenas reafirmam a relevância do Foro de São Paulo como um agente de transformação na política latino-americana, mas também sugerem que sua influência transcende os limites do período analisado, oferecendo *insights* valiosos para a compreensão das dinâmicas políticas e sociais da região nos anos subsequentes. Dessa forma, esta monografia contribui para o debate acadêmico ao fornecer uma análise dos documentos do Foro de São Paulo, juntamente com a literatura revisada, contribuindo para futuras pesquisas sobre a integração latino-americana e o papel de partidos e movimentos políticos na formação de políticas públicas, permitindo também uma compreensão mais ampla das dinâmicas políticas da região e de como essas forças colaboraram para moldar a trajetória da integração da América Latina na primeira década do século XXI.

Por fim, o estudo abre espaço para futuras investigações que possam explorar em maior profundidade a continuidade ou transformação dessas políticas nos governos subsequentes, bem como o impacto dessas estratégias de integração na atual conjuntura política e econômica da região. Assim, as considerações finais apontam para a importância de se continuar a investigação sobre a influência de partidos e fóruns políticos como o Foro de São Paulo, que se mostram centrais na conformação das políticas públicas e das relações internacionais no continente latino-americano.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. H. H. DE. **PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO: O DILEMA INSTITUCIONAL BRASILEIRO**. Revista de Ciências Sociais, v. 31, p. 5–34, 1988.
- AGUILAR, S. L. C. **Regimes Militares e a Segurança Nacional no Cone Sul**. Militares e Política, p. 64–82, 2011.
- ALBUQUERQUE, J. A. G. (org). **O Legado de Franco Montoro**. Av. Auro Soares de Moura Andrade: Fundação Memorial da América Latina, 2016.
- ALMEIDA, P. R. DE. **O Mercosul no contexto regional e internacional**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 1993.
- ALMEIDA, P. R. DE. **POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NO GOVERNO LULA**. Prismas Direito Políticas Públicas e Mundialização, v. 2, n. 1, 2007.
- AMARAL, O. **Adaptação e resistência: o PT no Governo Lula entre 2003 e 2008**. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 4, p. 105–134, 2010.
- AMORIM, C. **Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview**. Revista brasileira de política internacional, v. 53, n. spe, p. 214–240, 2010.
- ARAÚJO, A. L. Z.; FILHO, F. F. **O processo de integração na América do Sul: da ALALC à UNASUL**. Ensayos de Economía, v. 46, p. 99–120, 2015.
- ATA de Buenos Aires, 1990. Disponível em: [https://www.abacc.org.br/en/wpcontent/uploads/2016/09/1990-Comunicado-Conjunto-de-Buenos-Aires\\_PT.pdf](https://www.abacc.org.br/en/wpcontent/uploads/2016/09/1990-Comunicado-Conjunto-de-Buenos-Aires_PT.pdf)
- BAPTISTA, L. O. **O Mercosul após o Protocolo de Ouro Preto**. Estudos Avançados, v. 10, n. 27, p. 179–199, 1996.
- BETHELL, L. **O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica**. Estudos Históricos, v. 22, p. 289–321, 2009.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BRASIL, Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). **Discurso no ato político de celebração aos 15 anos do Foro de São Paulo**. São Paulo, 2 jun. 2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/02-07-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-reuniao-do-conselho-de-cupula-do-mercosul/view>. Acesso em 26 de julho de 2024.
- BRASIL, Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). **Discurso por ocasião do encerramento do encontro entre Governadores da Frente Norte do Mercosul**. Belém, 7 dez. 2007. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/06-12-2007-discurso-do->

presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-encerramento-do-encontro-de-governadores-da-frente-norte-do-mercosul/view. Acesso em 26 de julho de 2024.

BURIGANA, R. A Grande Guerra: a Primeira Guerra Mundial (1914-2014), Evento e Memória. História Unicap, v. 1, p. 41–55, 2014.

CARVALHO, L. A. DE. **Os Processos de Integração Econômica Regional da União Europeia e do Mercosul: breve abordagem histórico-evolutiva**. Scientia Iuris, v. 5, p. 59–92, 2002.

CARVALHO, O. DE. **O Foro de São Paulo: A ascensão do comunismo latino-americano**. Campinas, SP: Vide Editorial, 2022.

CASTRO, F. **Reflexiones de Fidel**. Havana, Cuba: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 2008.

CASTRO, F. M. DE O. **Dois Séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

COUTO, L. F. **Política externa brasileira para a América do Sul: as diferenças entre Cardoso e Lula**. Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 10, n. 1, 2010.

DATHEIN, R. **MERCOSUL: ANTECEDENTES, ORIGEM E DESEMPENHO RECENTE**. Revista de Economia, v. 31, n. 1, 2005.

DEUTSCH, K. W. **Political community and the north American area**. Princeton, NJ, USA: Princeton University Press, 2016.

DULCI, T. M. S. **As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)**. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2008.

FAGNANI, E. **A Política Social do Governo Lula (2003-2010)**: SER Social, v. 13, n. 28, p. 41–80, 2011.

FREIXO, A. DE. (org). **A política externa brasileira na era Lula**. Rio de Janeiro, RJ: Apicuri, 2011.

FONSECA Jr., Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FORO DE SÃO PAULO. **Declaração Final dos Encontros do Foro de São Paulo**. São Paulo, SP: Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores, 2013.

GAZZOLA, A. E. T. **O Mercosul e suas crises: uma análise institucional de 1991 a 2023**. São Paulo, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2023.

GILBERT, M. **A Segunda Guerra Mundial**. [s.l.] Publicações Dom Quixote, 2009.

HAAS, E. **The Challenge of Regionalism**. International Organization, v. 12, n. 4, p. 440–458, 1958.

HETTNE, B.; SÖDERBAUM, F. **The New Regionalism Approach**. *Politeia*, v. 17, p. 6–22, 1998.

HETTNE, B.; SÖDERBAUM, F. **Theorizing the Rise of Regions**. *New Political Economy*, v. 5, p. 457–474, 2000.

HOFFMANN, S. **A new world and its troubles**. *Foreign affairs* (Council on Foreign Relations), v. 69, n. 4, p. 115, 1990.

INFOWAR. **Foro de São Paulo - 1º Encontro em 1990 (Parte 1)**. Youtube, 10 fev. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I5ZL3hNsi6s> Acesso em 26 jun. 2024

JAGUARIBE, H. **Autonomía periférica y hegemonía céntrica**. *Estudios Internacionales*, v. 12, p. 91–130, 1979.

JAKOBSEN, K. **A política externa do Partido dos Trabalhadores (PT)**. [s.l.] Fundação Perseu Abramo, 2021.

LEME, Á. A. S. P. **A Declaração de Iguazu (1985): A Nova Cooperação Argentino-Brasileira**. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

LOPES, C. **Crescimento económico e desigualdade: As novidades pós-Consenso de Washington**. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 94, p. 03–20, 2011.

LYNCH, J. **Simón Bolívar (Simon Bolivar): A Life**. New Haven, CT, USA: Yale University Press, 2017.

MELO, R. A. DE. **O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)**. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2016.

MORAVCSIK, A. **Preferences and power in the European community: A liberal intergovernmentalist approach**. *Journal of common market studies*, v. 31, n. 4, p. 473–524, 1993.

MOREIRA, L. F. V.; QUINTEROS, M. C.; SILVA, A. L. R DA. **As Relações Internacionais da América Latina**. Rua Frei Luis, 100: Editora Vozes Ltda, 2010.

PAIVA, C. H. A. **A OPAS em foco: uma história das relações internacionais em saúde na América**. *História, ciencias, saude--Manguinhos*, v. 13, n. 1, p. 177–182, 2006.

PARTIDO dos Trabalhadores. Acesso em 05 de junho de 2024. Disponível em: <<https://pt.org.br/>>.

POMAR, V. **Notas sobre a política internacional do PT**. [s.l.] Secretária de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores, 2012.

PRADO, L. D. P. **Soy loco por ti, América: A integração regional como prioridade da política externa brasileira na era Lula (2003-2010)**. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2012.

PRADO, M. L.; PELLEGRINO, G. **História da América Latina**. Rua Dr. José Elias, 520, São Paulo: Editora Contexto, 2014.

REGALADO, R. **Encuentros Y Desencuentros De La Izquierda Latinoamericana: Una mirada desde el Foro de Sao Paulo**. Melbourne, VIC, Australia: Ocean Press, 2010.

SALLUM, B., Jr et al. **O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula**. Revista de Sociologia e Política, v. 24, n. 60, p. 115–135, 2016.

SANTOS, R. P. DOS. **A revitalização do Mercosul no contexto da diplomacia de Lula para a América do Sul**. Polis, v. 13, n. 39, p. 63–82, 2014.

SANTOS, R. S. S. D. **A integração latino-americana no século XIX: antecedentes históricos do Mercosul**. Revista Sequência, p. 177–194, 2008.

SENADO Federal, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/nafta>

SGRIGNOLLI, A. **Paradigmas para o Desenvolvimento: O Papel Histórico da CEPAL na Interpretação da Realidade Latino-Americana**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022.

SILVA, F. P. DA. **Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço**. Revista SURES, v. 5, p. 67–94, 2015

TOLEDO, Sara Basilio de. **A pauta da política externa brasileira para a América Latina no foro de São Paulo durante os governos Lula (2003-2010), e sua influência sobre os processos decisórios em política externa no Brasil** In: Encontro Internacional de Política Externa Latino-Americana, 1., 2015, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos** [...] Foz do Iguaçu: UNILA, 2015. p. 135 - 143. Disponível em: A pauta da política externa brasileira para a América Latina no foro de São Paulo durante os governos Lula (2003-2010), e sua influência sobre os processos decisórios em política externa no Brasil (unila.edu.br) Acesso em: 25 de julho 2024

TRATADO de Assunção para a Constituição de um Mercado Comum. 1991. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/tratado-de-assuncao-para-a-constituicao-de-um-mercado-comum/>

TRATADO Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Brasília, 23 de maio de 2008.

TRATADO de Integração, Cooperação e Desenvolvimento. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D98177.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D98177.htm)

TRATADO de Montevideu. 1980. Disponível em: <https://www.aladi.org/sitioaladi/language/pt/tratado-de-montevideu-1980/>

URQUIDI, V *et al.* (org). **Questões contemporâneas das relações internacionais na América Latina: política externa, tensões e cooperações internacionais**. São Paulo: PROLAM, 2019. *E-book* (213p). ISBN 978-85-88376-06-9. Disponível em: Questões contemporâneas das relações internacionais na América Latina | Universidade de São Paulo (usp.br). Acesso em 26/06/2024



VARGAS, E. V. **Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do Mercosul.** Revista brasileira de política internacional, v. 40, n. 1, p. 41–74, 1997.

VÁZQUEZ, M.; RUIZ, J. B. **O Mercosul na época de Lula e Kirchner: um balanço, seis anos depois.** Nueva Societ, p. 33–48, 2009.

VIEIRA, J. DE C. **As experiências de integração da ALALC e ALADI.** Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas, v. 9, p. 27–56, 2015.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. **A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula.** [s.l.] Editora UNESP, 2016.

VIGEVANI, T.; JÚNIOR, H. R. **Autonomia, Integração Regional e Política Externa Brasileira: Mercosul e Unasul.** Revista de Ciências Sociais, p. 517–552, 2014.

VIZENTINI, P. G. F. **O Brasil, o Mercosul e a integração da América do Sul.** Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 1, n. 1, p. 83, 2007.